

Relatório de Gestão **2023**

Controladoria-Geral do Estado de Goiás

CGE
Controladoria
Geral do Estado

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Controladoria-Geral do Estado de Goiás

Relatório de Gestão 2023

Ronaldo Caiado

Governador

Henrique Moraes Ziller

Secretário-chefe da CGE

Ficha Técnica

Coordenação:

- **Késsia Nogueira da Fonseca**
- **Ednilson Lins Rodrigues**

Revisão ortográfica:

- **Carolina Augusta de Oliveira Alvarez Lima**

Projeto gráfico e diagramação:

- **João Vitor Moreira de Souza**

Fotos:

- **Comunicação Setorial da CGE-GO**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO . 04

MENSAGEM DO CONTROLADOR-GERAL . 05

1. INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE . 06

QUEM SOMOS – NOSSA HISTÓRIA, PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES, NORMAS E REGULAMENTO . 07

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL . 09

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA . 11

2. REFERENCIAL ESTRATÉGICO . 12

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO . 13

MAPA ESTRATÉGICO . 15

MODELO DE NEGÓCIO . 16

PRINCIPAIS ATIVIDADES . 17

VALOR PÚBLICO GERADO . 18

3. PRINCIPAIS RESULTADOS . 19

RESULTADOS DO PROGRAMA 1005 – *COMPLIANCE* PÚBLICO / AÇÃO 2006 CONTROLE E CORREIÇÃO . 21

RESULTADOS DO PROGRAMA 1013 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL / AÇÃO 2050 - GOVERNO ABERTO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ . 34

PROGRAMA DE *COMPLIANCE* PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE GOIÁS (PCP) . 40

4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E PATRIMONIAIS . 47

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS . 48

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS . 51

INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS . 51

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS . 52

5. OUTROS TEMAS RELEVANTES . 53

GESTÃO DE PESSOAS . 54

PREMIAÇÕES . 57

EVENTOS REALIZADOS . 58

CARTA DE SERVIÇOS . 60

DECISÕES EXPEDIDAS – ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO . 61

ROL DE RESPONSÁVEIS . 62

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS . 63

APRESENTAÇÃO

Este relatório de Gestão de Gestão Anual (Relatório Simplificado) tem o objetivo de apresentar a prestação de contas das atividades da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO), demonstrando a estratégia e os resultados alcançados no exercício de 2023, aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade.

O documento foi elaborado nos termos da Resolução Normativa TCE nº 5/2018, com alterações promovidas pela Resolução Normativa TCE nº 3/2022. Utilizamos uma linguagem amigável e concisa, incluindo definições de terminologias utilizadas nas informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais.

MENSAGEM DO CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

Apresentamos, com satisfação, os resultados alcançados em 2023.

A estrutura administrativa do sistema de controle interno do Poder Executivo do Estado de Goiás foi aperfeiçoada com a criação de unidades descentralizadas de Controle Interno e *Compliance* nas Secretarias da Saúde e da Infraestrutura. A presença destas estruturas dentro destas importantes Pastas demonstra compromisso com a boa e regular aplicação dos recursos públicos, com uma atuação ágil e eficaz dos mecanismos de controle.

Foram desenvolvidas as atividades previstas no Plano Operacional de Ações de Controle – POAC 2023, com destaque para o trabalho de consultoria aos mais diversos órgãos quanto ao teto de gastos. A queda de arrecadação no ICMS no exercício de 2023, em função de políticas implementadas pelo Governo Federal, indicava que ultrapassaríamos a meta pactuada para o gasto público em aproximadamente 2 bilhões de reais. A atuação consultiva da CGE junto a toda Administração conseguiu reduzir esta previsão em mais de 77%, minimizando os efeitos da queda de arrecadação.

O Programa de *Compliance* Público continua difundindo a cultura da integridade em Goiás, com destaque para o eixo da gestão de riscos. Muito mais que a elaboração formal de uma matriz de riscos, o que se verificou neste ano foi o uso da gestão de riscos como ferramenta de gestão, presente no dia-a-dia de toda a Administração. Os escritórios de compliance e as secretarias executivas têm demonstrado um enorme avanço e domínio técnico na elaboração e utilização da ferramenta.

Não por acaso, Goiás obteve a primeira colocação no 27º Concurso Inovação no Setor Público, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, na categoria “escolha do público”, com o Programa de *Compliance* Público Estadual e Municipal.

O Programa de *Compliance* Municipal, desenvolvido pela CGE, foi ampliado significativamente. Foram inscritos 38 municípios, com a capacitação de 2.438 profissionais entre eventos, consultorias e cursos específicos.

Foi disponibilizado, à toda sociedade goiana, o novo Portal da Transparência do Estado de Goiás. O site foi totalmente reformulado para facilitar a navegação e deixar as informações ainda mais claras e fáceis de serem encontradas. Submetido a uma avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública - PNTP, elaborado pela ATRICON, obteve um excelente resultado, alcançando o nível diamante, com atendimento de 99,10% dos critérios estabelecidos, atingindo o 2º lugar no ranking geral entre os portais de transparência dos estados e Distrito Federal. Estas importantes medidas de melhoria na transparência da gestão pública em Goiás permitiu uma significativa aproximação com o mais importante organismo internacional de transparência pública, a *Open Government Partnership* – OGP. E a inclusão do estado goiano como integrante dessa organização é uma grande conquista.

No âmbito da atuação correccional, merece destaque a evolução dos números alcançados nas soluções consensuais de conflito. O Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, utilizado para a solução de processos disciplinares cuja pena

abstrata seja de advertência ou suspensão de até 30 dias, teve sua utilização ampliada em 100% (em 2022, tivemos 43 termos lavrados, enquanto em 2023, foram 86 os termos assinados). Foi implantado o Termo Circunstanciado Administrativo – TCA, utilizado para a direta reparação nos casos de dano ou extravio de bem público de menor valor. Encontra-se em fase de implementação a mediação dos conflitos interpessoais entre servidores públicos que certamente evitará a desnecessária e em muitos casos infrutífera instauração de processos administrativos disciplinares.

Estas iniciativas renderam ao Estado de Goiás o prêmio de 2º lugar nacional de boas práticas correccionais promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Todas estas ações foram desenvolvidas pelas diferentes áreas de atuação da Controladoria-Geral do Estado de Goiás, em sinergia, em ambiente de trabalho colaborativo e humanizado, pautado no respeito e no estímulo da criatividade e da felicidade dos colaboradores, que são os valores maiores que norteiam nossa atuação.

Declaro a veracidade e integralidade das informações apresentadas.



Atenciosamente,

Henrique Moraes Ziller
Secretário-Chefe da
Controladoria-Geral do Estado



1. INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE

QUEM SOMOS

A Controladoria-Geral (CGE-GO) é um órgão permanente* da administração direta do Estado de Goiás, vinculado diretamente ao Chefe do Poder Executivo.

Como Órgão Central de Controle Interno, a CGE é responsável pela assistência ao Governador no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e às providências que sejam atinentes à atividade de controle interno, à defesa do patrimônio público, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão e do controle social no âmbito da administração pública estadual.

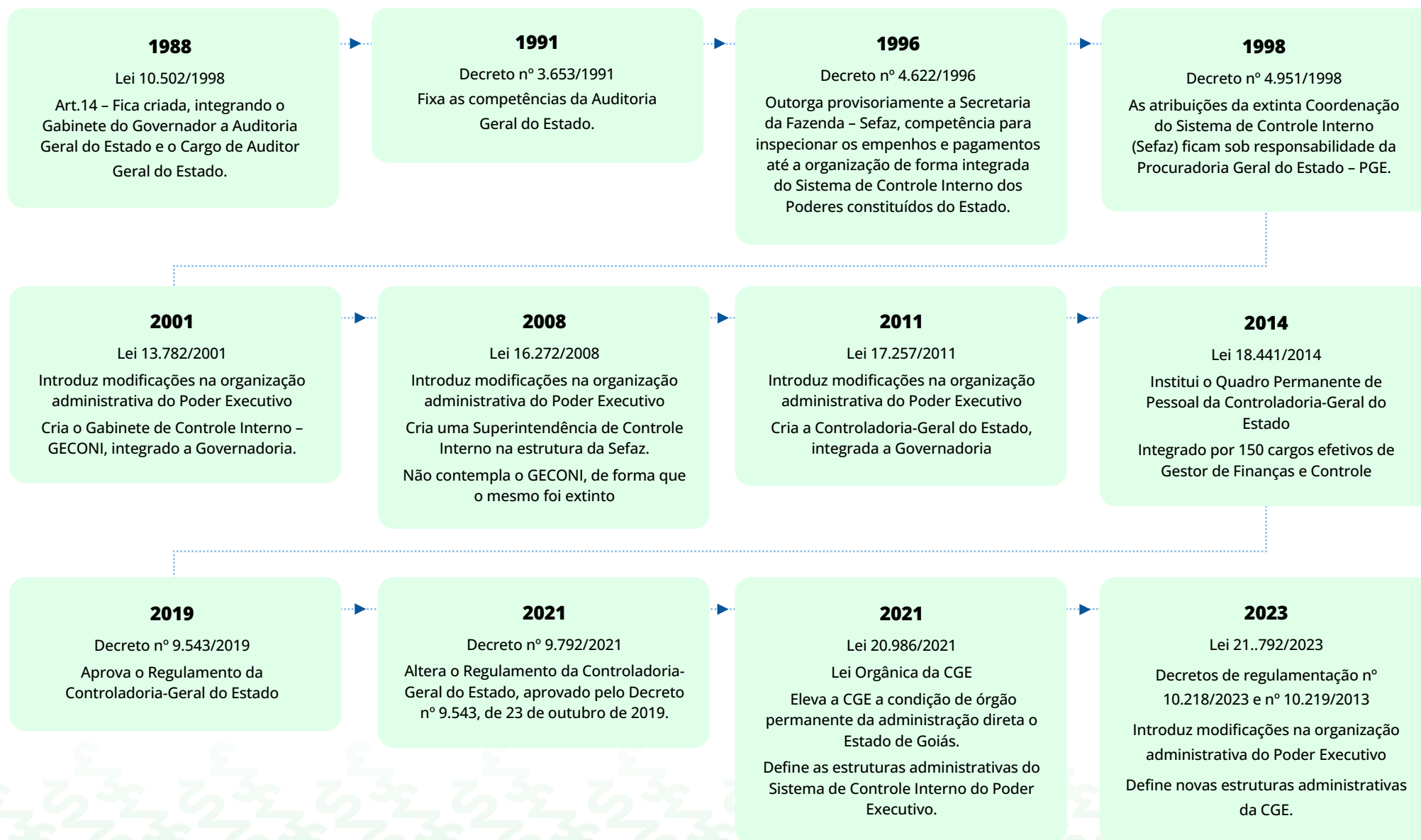
Historicamente, as atividades de controle interno passaram por momentos de maior ou menor importância dada pelos governos que assumiam a gestão do Estado, passando por vezes, da condição de órgão da administração direta, para uma unidade pertencente a algum órgão do Poder Executivo.

O primeiro ato de estruturação do sistema de controle interno do Poder Executivo no Estado de Goiás veio com a Lei nº 10.502 de 09 de maio de 1988, que criou, integrando o Gabinete do Governador, a Auditoria Geral do Estado e o cargo de Auditor Geral do Estado. Competia à Auditoria Geral do Estado a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração direta e indireta, no que se referiam à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas.

Os anos de 2014 e 2021 foram marcos na linha do tempo das atividades de controle interno no Estado de Goiás, por apresentarem grandes conquistas, primeiro com a instituição de seu quadro permanente de pessoal, com a publicação da Lei nº 18.441/2014, e em 2021 quando adquiriu a condição de órgão permanente do Poder Executivo Estadual, por meio da lei nº 20.986/2021 - Lei Orgânica, fortalecendo em definitivo as atividades de controle interno no Estado de Goiás.

No ano de 2023, alterações significativas na estrutura organizacional da CGE foram definidas pelo decreto nº 10.218/2023 ao regulamentar a Lei nº 21.792/2023, que estabeleceu a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual, conferindo maior amplitude de atuação da CGE frente às suas atribuições.

* Os órgãos permanentes são aqueles que existem de forma contínua e têm atribuições e competências estabelecidas em lei. Eles não são criados ou extintos a cada novo governo ou gestão. Esses órgãos têm estabilidade institucional e desempenham funções essenciais para o funcionamento do Estado.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A CGE é dividida em três subcontroladorias, três controladorias especializadas e seis auditorias internas especializadas, responsáveis por atender ao cidadão por meio de suas atividades.

Subcontroladoria de Auditoria Interna e Controle

Auditoria Interna Especializada no Combate à Pobreza e às Desigualdades

Auditoria Interna Especializada em Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente

Auditoria Interna Especializada em Educação, Cultura e Juventude e de Ciência e Tecnologia

Auditoria Interna Especializada em Orçamentos e Finanças

Auditoria Interna Especializada em Transporte Público e Energia

Auditoria Interna Especializada em Segurança Pública

Subcontroladoria de Governo Aberto e Ouvidoria Geral

Controladoria Especializada em Transparência

Controladoria Especializada em Participação Cidadã

Subcontroladoria do Sistema de Correição e Contas

Controladoria Especializada em Avaliação da Atividade Correcional e Contas

Em 2023, a implementação de auditorias internas especializadas marcou um avanço significativo para a Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO), trazendo maior facilidade e agilidade no acesso às suas funções e elevando a eficácia e efetividade de suas ações junto aos diversos órgãos e entidades.

A estruturação dessas auditorias, que totalizaram seis unidades com especializações distintas, objetivou atender de maneira mais assertiva às demandas específicas em áreas cruciais como gestão de riscos, gestão de contratos e *Compliance*. Essa abordagem segmentada facilitou um foco mais aguçado nas particularidades de cada setor, promovendo uma atuação mais precisa e resultados mais impactantes.

Dentre os trabalhos de destaque realizados por essas equipes de auditores especializados, encontram-se a modelagem do módulo de Gestão de Riscos no GoMap (sistema de projetos governamentais) em parceria com a Secretaria-Geral de Governo (SGG), a elaboração de material específico para Gestão de Riscos de Projetos, também em colaboração com a SGG, e o acompanhamento rigoroso do cumprimento da LC 156/2016, que incluiu o levantamento e monitoramento de novos empenhos, a análise criteriosa de empenhos com propostas de anulações, reclassificações e postergações de despesas, além da realização de capacitação em Auditoria Interna IA-CM junto ao CONACI/SISLOG/GOMAP.

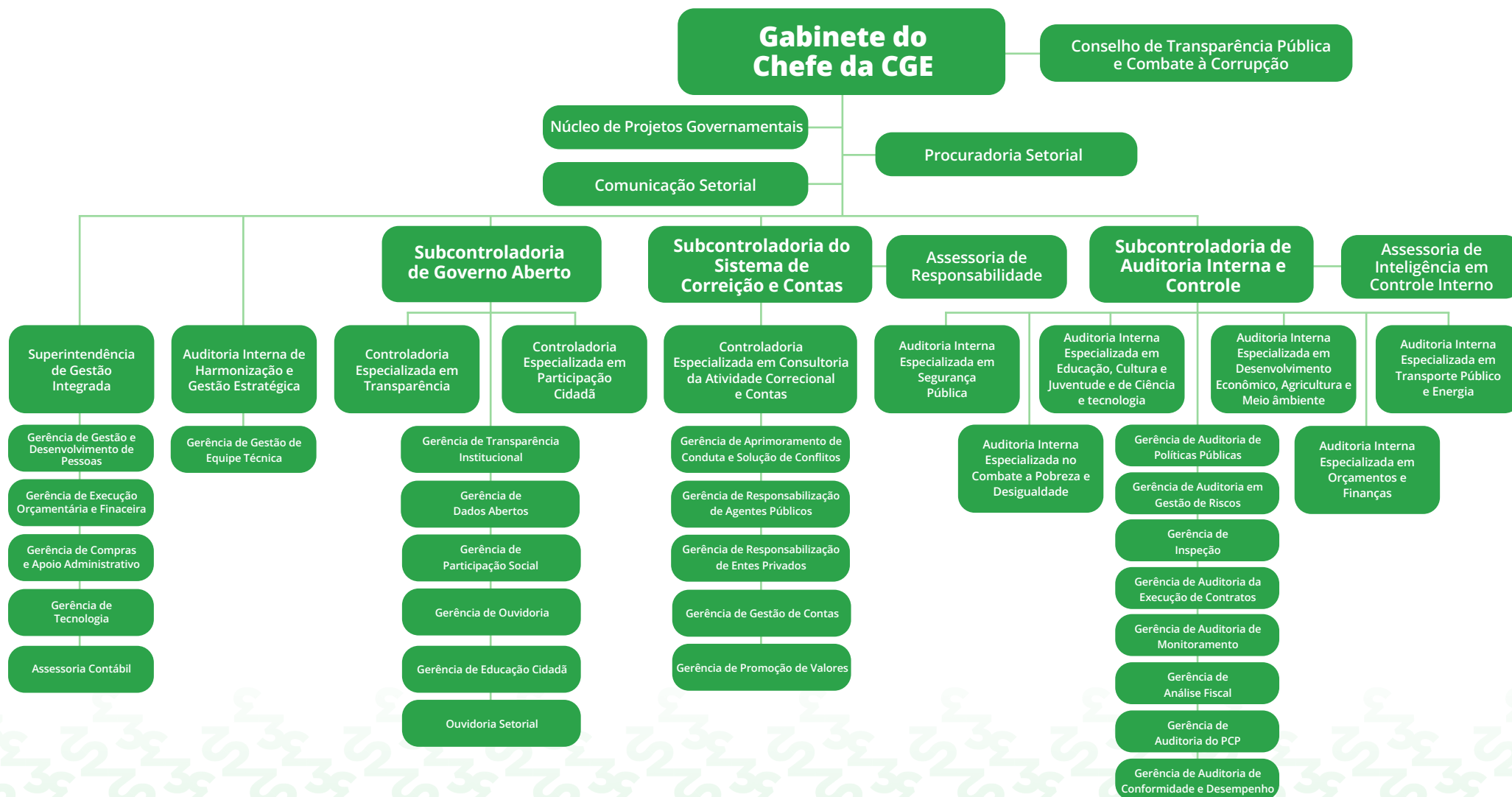
Essas iniciativas destacam o valor agregado pelas auditorias internas especializadas, que permitiram uma atuação mais direcionada e efetiva da CGE, potencializando sua contribuição para uma gestão pública mais transparente, responsável e alinhada às melhores práticas de governança e controle interno.

Além disso, podem ser destacados resultados positivos já alcançados em decorrência da atuação do auditor interno especializado:

- Maior acesso à alta gestão;
- Maior confiança na representação da CGE;
- Simplificação do atendimento às demandas dos órgãos;
- Facilidade e agilidade de acesso à CGE;
- Facilitação do trabalho dos gerentes através da definição do Universo de Auditoria (UA);
- Uniformização da metodologia de definição do UA — maior aderência ao IA-CM;
- Motivação da equipe devido ao ineditismo dos trabalhos;
- Melhora da relevância dos trabalhos da CGE nos órgãos.



ESTRUTURA DE GOVERNANÇA ORGANOGRAMA



Decretos nº 10.218/2023 e nº 10.219/2023

2. REFERENCIAL ESTRATÉGICO



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico da CGE-GO é um planejamento de médio prazo (2020- 2023) elaborado no segundo semestre de 2019, de forma participativa e interdisciplinar e intrinsecamente, alinhado com o Plano Plurianual (PPA) do Governo de Goiás, representando no ano de 2023 o quarto e último ano de execução.

Está em sinergia com o eixo governamental “Goiás da Governança e da Gestão Transformadora”.

No Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, intitulado GOIÁS MELHOR ESTADO PARA VIVER E TRABALHAR, a CGE-GO tem dois Programas governamentais, alinhados com

o eixo governamental “Goiás da Governança e Gestão Transformadora” e dois macro objetivos governamentais, Confiança nas instituições e Controle Social. Para o macro objetivo “Confiança nas Instituições” foi proposto o Programa de Compliance Público e para macro objetivo “Controle Social”, foi proposto o Programa Participação e Controle Social.

PPA 2020-2023

EIXO 2 - GOIÁS DA GOVERNANÇA E GESTÃO TRANSFORMADORA

MACRO OBJETIVO - CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

Programa de *Compliance* Público

Conquistar a confiança na gestão governamental pela solidez de suas instituições, pela segurança jurídica e lisura dos seus atos e pelo reconhecimento por sua atuação eficiente, efetiva, inovadora, integrada, com foco em resultados, comprometida e mais próxima de seus cidadãos.

IDEIAS-CHAVE: Governança efetiva. Confiança. Solidez institucional. Padronização e Conformidade nos processos. Inovação nos processos. Planejamento voltado a resultados. Sintonia com demais Poderes, sistemas integrados, que gerem informações rápidas e seguras. Alocação de recursos com efetividade. Combate a privilégios e à corrupção. Rastreabilidade de atos administrativos. Inovação na gestão. Parcerias com Municípios.

PPA 2020-2023

EIXO 2 - GOIÁS DA GOVERNANÇA E GESTÃO TRANSFORMADORA

MACRO OBJETIVO - CONTROLE SOCIAL

Programa Participação e Controle Social

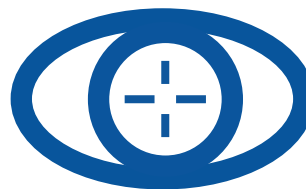
Garantir e incentivar a participação direta da sociedade na gestão pública através de acesso amplo e irrestrito a informações e da disponibilização de canais efetivos para o controle social e diálogo, bem como assegurar que os cidadãos se mantenham informados e conscientizados sobre os diversos temas da atualidade e diversos assuntos de seu interesse.

IDEIAS-CHAVE: Confiança. Transparência. Controle Social. Comunicação Direta. Ouvidoria. Redes Sociais. Entidades independentes em pontos de controle e avaliação de gastos públicos. Comunicação por campanhas. Notícias.



MISSÃO

Aprimorar a gestão pública estadual com a melhoria do controle interno, fortalecimento da integridade, consolidação da transparência e participação ativa do cidadão.



VISÃO

Ser reconhecida como organização essencial para uma gestão pública íntegra, efetiva, transparente e participativa.




VALORES

Foco no cidadão;
Integridade;
Profissionalismo;
Efetividade;
Humanidade;
Sensibilidade.

O Planejamento Estratégico 2020-2023 foi concebido com o firme propósito de auxiliar a CGE a cumprir a sua missão e visão institucional no alcance dos resultados de excelência pretendidos, sendo um instrumento de apoio à gestão com foco no cumprimento das diretrizes estratégicas traçadas e o monitoramento das metas, indicadores e objetivos estratégicos propostos.



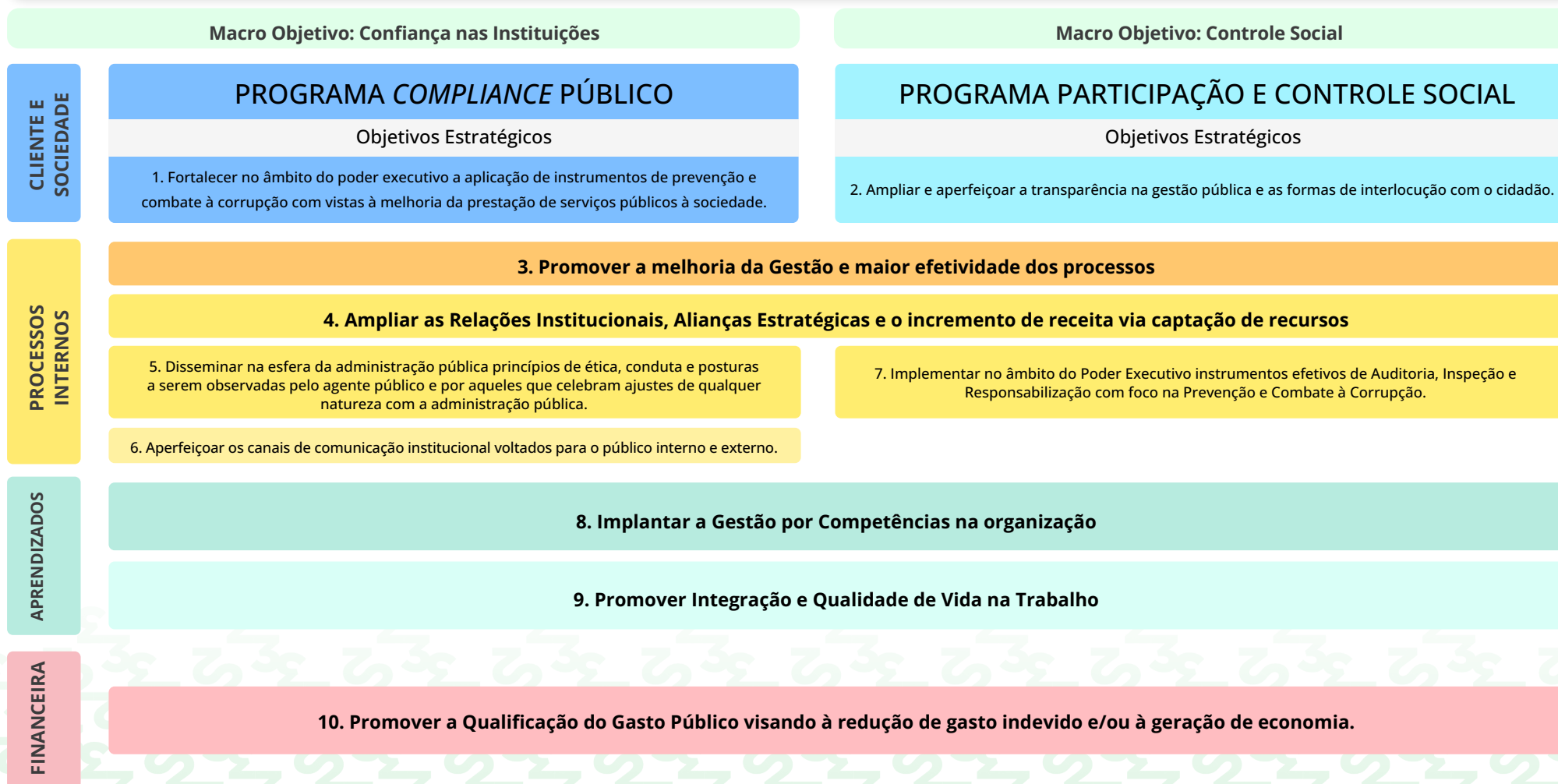
 **Leia o QR Code**

Para conhecer o Planejamento Estratégico 2020 - 2023
([Link](#))

MAPA ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico mostra a diretriz que a organização pretende seguir e contém em síntese, macronorteadores, macro-objetivos governamentais, perspectivas adotadas e objetivos estruturados.

Alinhamento PPA 2020-2023 - Eixo Goiás da Governança e Gestão Transformadora



MODELO DE NEGÓCIO



PARCEIROS-CHAVE

- Escola de Governo, SEDI e Secretaria da Economia
- Órgãos e entidades do poder Executivo Estadual
- Órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e Municipal (compartilhamento de base de dados)
- Ministério Público
- Tribunais de Contas
- Controladoria Geral da União - CGU
- Conselho Nacional de Controle Interno - CONACI



ATIVIDADES-CHAVE

- Auditoria - Consultoria/Avaliação
- Inspeção
- Correição
- Ouvidoria Geral
- Transparência
- Controle Social
- Responsabilização de Empresas



RECURSOS-CHAVES

- Humanos - equipe qualificada e comprometida
- Tecnológicos
- Financeiros
- Estruturais



PROPOSTA DE VALOR

- Coordenar a implantação do Programa *Compliance* Público do Poder Executivo do Estado de Goiás
- Zelar pela defesa do Patrimônio Público
- Ser indutor do Controle Social por meio do formento à transparência governamental e pela disponibilização de canais de comunicação direta com a comunidade (ouvidoria) e promoção de ações de manifestação e participação da sociedade.
- Agregar valor à Gestão Pública Estadual e otimizar a eficácia dos processos de trabalho mediante atividades de auditoria, consultoria e avaliação.



ESTRUTURA DE CUSTOS

- Capacitação
- Pessoal
- Terceirização (TI)
- Materiais e Serviços Administrativos Tecnológicos, equipamentos e softwares
- Investimento em infraestruturas
- Eventos - Simpósios, Palestras e outros



FLUXO DE RECEITAS

- Tesouro Estadual
- Recursos de outras fontes previstas em operações de Captação de Recursos e/ou incremento de receitas



RELACIONAMENTO COM CLIENTES

- Portal da Transparência
- Sistema de ouvidoria
- Central de Atendimento da Ouvidoria - 162
- Sítio Institucional
- Mídias Digitais
- Sistemas Informatizados
- Atos Normativos
- Reuniões Técnicas (Consultoria e Assessoramento)
- Capacitações
- Trabalhos Integrados de Auditoria e Inspeção
- Atividades Correcionais



CANAIS

- Presencial
- Telefônico
- Eletrônico



SEGMENTOS DE CLIENTES

- Cidadão
- Sociedade Civil Organizada
- Imprensa
- Polícia Civil
- Órgãos e entidades
- Ministérios Públicos
- Tribunais de Contas
- Empresas privadas
- Servidor público estadual
- Governador
- Demais Poderes

PRINCIPAIS ATIVIDADES

ARQUITETURA DE PROCESSOS CONTROLADORIA GERAL DO ESTADOS DE GOIÁS	
PROCESSOS FINALÍSTICOS – ÁREAS DE NEGÓCIO	ENTREGAS & RESULTADOS
ZELAR PELO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR MEIO DE AUDITORIAS, INSPEÇÕES E ATIVIDADES CORRECIONAL	
Gestão Estratégica Proposição Assessoramento	Elaboração e revisão da estratégia; planejamento e acompanhamento das metas e indicadores; Gestão de Projetos; Gestão de Processos; Gestão do Conhecimento; Gestão da Comunicação Institucional; Governança Corporativa; acompanhamento do ambiente externo; prestar atividade de consultoria; assessoramento jurídico e representação judicial para a instituição.
Gestão de Auditorias - Serviços de Avaliação Auditoria baseada em Riscos; de Monitoramento e de Programa	Avaliações efetuadas com foco em: resultados da Gestão Pública; otimização dos processos de trabalho; aprimoramento dos controles internos; qualificação da Despesa Pública; aprimoramento dos serviços prestados à sociedade; melhoria dos Programas de Governo.
Gestão de Auditorias - Serviços de Consultoria Prestar consultoria com o objetivo de orientar e aprimorar o processo de gestão de riscos; apoiar a implantação do Programa de Compliance Público (PCP)	Consultorias efetuadas com foco em: resultados da Gestão Pública; otimização dos Processos de Trabalho; aprimoramento dos controles internos; qualificação da Despesa Pública; aprimoramento dos serviços prestados à sociedade; melhoria dos Programas de Governo; capacitação de servidores públicos em conjunto com a Escola de Governo no Programa de Compliance Público; ranking do Programa de Compliance Público (PCP).
Realizar inspeções: realizar Inspeção Preventiva e Fiscalização e área de pessoal; Examinar Prestação de Contas e Tomada de Contas Especiais; Consolidar Prestação de Contas Anual do Governador	Inspeções efetuadas com foco em: gerar economia; evitar o dano; melhorar a execução da despesa pública e dos processos administrativos (licitações, contratos, dentre outros); aprimoramento de normas; orientação técnica aos órgãos e entidades do poder executivo estadual; resultados da Gestão Pública; gasto com pessoal e analisar relatórios da LRF.
Atividade correcional Planejar, orientar, controlar, coordenar, avaliar e exercer a supervisão técnica	Orientação e supervisão técnica aos órgãos e entidades do poder executivo estadual acerca da atividade e do sistema correcional; gerir a realização de ações de resolução consensual de conflitos, de processos disciplinares e de processos de responsabilização de fornecedores; realizar sindicâncias patrimoniais; promover a capacitação de servidores públicos em conjunto com a Escola de Governo; padronização de procedimentos correcionais; normatização da atividade correcional e publicização da atividade correcional.
SER INDUTOR DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA INTERAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E GOVERNO, POR MEIO DA TRANSPARÊNCIA, OUVIDORIA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL	
Informações Estratégicas em Controle Interno	Produzir informações estratégicas por meio de trilhas eletrônicas, painéis e planilhas; gerenciar e tratar dados informatizados.
Governo Aberto – Acesso à informação e Disseminação de Dados Públicos	Gestão do portal da transparência do Poder Executivo Estadual; Índice de Transparência do Poder Executivo Estadual Prêmio Goiás mais transparente; normas de transparência; capacitação e aperfeiçoamento; normas de acesso à informação nos órgãos e nas entidades do poder executivo e dados abertos.
Controle Social e Participação Cidadã Disseminar Conhecimento na Área de Controle Social; Desenvolver e Fortalecer as Redes de Interação	Projetos de controle social elaborados; estratégias de participação social formuladas e implementadas; recursos captados para condução dos projetos; parcerias estratégicas firmadas; canais de controle social - transparência, página de acesso à informação e ouvidoria divulgados para a sociedade e sociedade beneficiada com ações de fomento à cidadania.
Ouvidoria Planejar, orientar, controlar, coordenar, avaliar e exercer a supervisão técnica	Supervisionar as atividades das ouvidorias setoriais; fornecer informações estratégicas de demandas sociais para a política e Gestão Pública Estadual; respostas aos cidadãos quanto à solução das demandas; relatórios gerenciais de correção de falhas na execução de serviços e no direcionamento das políticas públicas; orientação e supervisão das ouvidorias dos órgãos e entidades.
PROCESSOS DE SUPORTE – ÁREAS DE NEGÓCIO	ENTREGAS & RESULTADOS
Gestão Orçamentária e Financeira	Gestão orçamentária; pagamentos; contabilidade; prestação de contas.
Gestão de Pessoas	Recrutamento e seleção; administração de pessoal; treinamento e desenvolvimento; clima organizacional; gestão de estagiários.
Gestão de Tecnologia	Gestão de equipamentos e software, de segurança de informação; desenvolvimento e manutenção de sistemas e administração de rede
Gestão de Compras e Logística	Gestão de aquisições e contratos; gestão do patrimônio; protocolo; relacionamento com stakeholders.

VALOR PÚBLICO GERADO

O valor público gerado na gestão governamental refere-se aos benefícios, impactos e resultados positivos que são entregues à sociedade como um todo por meio das ações e políticas públicas implementadas pelo governo.

A Controladoria-Geral do Estado de Goiás desempenha um papel crucial no fomento à transparência e eficiência dos recursos públicos, sendo seu valor público gerado bastante significativo e multifacetado.

A CGE-GO contribui com o Governo de Goiás das seguintes maneiras:

- **Controle Interno:** através de auditorias internas e avaliações de processos, a CGE pode identificar áreas de ineficiência, desperdício ou até mesmo fraude dentro das operações do Estado goiano. Isso permite que correções sejam feitas para melhorar a eficácia e a eficiência do governo;
- **Prevenção e detecção de fraudes:** através de ações de controle, a CGE contribui na prevenção e detecção de fraudes, desperdícios e abusos de recursos públicos;
- **Transparência pública:** a transparência fortalece a confiança entre o governo e os cidadãos, bem como entre diferentes partes interessadas. Quando as informações são abertas e acessíveis, isso ajuda a dissipar a desconfiança e a promover um relacionamento mais harmonioso entre o governo e a sociedade;
- **Empoderamento do cidadão:** a participação e o controle social capacitam os cidadãos, permitindo que

eles exerçam seus direitos democráticos de forma efetiva. Isso inclui o acesso à informação, a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e a capacidade de influenciar o processo decisório. Em resumo, o valor público gerado pela Controladoria-Geral do Estado é vasto e abrangente, contribuindo para uma gestão eficiente e responsável dos recursos públicos, e, conseqüentemente, o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade como um todo.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS



INTRODUÇÃO

Os principais resultados alcançados pela CGE em 2023 foram em parte com a execução de seus dois programas/ações previstos no PPA 2020-2023 e em parte pela execução de trabalhos com entregas relevantes, porém sem produtos* nos correspondentes programas.

Os programas/ações da CGE no PPA 2020-2023 são os seguintes:

Programa 1005 – *Compliance* Público / ação 2006 – Controle e Correição e

Programa 1013 – Participação e Controle Social / ação 2050 – Governo Aberto e Participação Cidadã

Esses programas/ações são executados através de produtos, que são a menor unidade de medida do trabalho realizado, como será visto neste tópico.

Em conjunto com os resultados apresentados, está o Programa de *Compliance* Público do Poder Executivo Estadual de Goiás (PCP), executado por meio de seus quatro eixos: Ética, Transparência, Responsabilização e Gestão de Riscos.

O eixo Transparência é atendido pelo Programa 1013 – Participação e Controle Social.

Os Eixos Ética, Responsabilização e Gestão de Riscos são atendidos pelo Programa 1005 – *Compliance* Público.

PROGRAMA 1005 - COMPLIANCE PÚBLICO

Ação 2006 - Controle e Correição

Alinhado com o Macro Objetivo Governamental “Confiança nas Instituições”, a CGE visa no Programa *Compliance* Público a defesa intransigente do patrimônio público dos goianos e o combate à corrupção.

No contexto do Macro Objetivo Governamental “Confiança nas Instituições”, a Controladoria-Geral do Estado (CGE) tem se empenhado notavelmente na proteção do patrimônio público dos cidadãos de Goiás e na luta contra a corrupção, por meio do Programa *Compliance* Público. Os resultados alcançados refletem a evolução positiva e a eficácia do papel da CGE, amplamente influenciados pela experiência acumulada desde o início deste governo.

Essa jornada de aprimoramento permitiu que a CGE se sobressaísse no cenário nacional, marcando uma transição significativa nas práticas de controle interno: de uma postura anteriormente focada na correção e punição para uma abordagem proativa de governança. Esta evolução transformou o controle interno em um suporte essencial para os gestores, graças, em grande parte, à oferta de consultoria especializada, que se tornou o coração do Programa de *Compliance* Público em 2023. Tal mudança não apenas reforçou a confiança nas instituições, mas também estabeleceu a CGE como uma aliada estratégica na administração pública, contribuindo diretamente para

um governo mais transparente, eficiente e alinhado com os mais altos padrões éticos e legais.

Em 2023, a Subcontroladoria de Auditoria Interna e Controle realizou iniciativas inovadoras que destacaram o valor público agregado na administração estadual. A implementação de 9 Painéis Estratégicos, entre eles o “AVANCE” e o “Teto de Gastos”, elevou a eficiência da gestão de recursos públicos, melhorando a transparência e a participação cívica, o que por sua vez fortaleceu a confiança da população na administração. Além disso, três auditorias significativas em programas governamentais reforçaram os controles internos e a otimização dos recursos, beneficiando diretamente a prestação de serviços aos cidadãos.

86,27%
da meta de Auditorias
baseadas em Riscos

Capacitação de
6991
servidores

O ano também foi marcante para o *compliance* e a gestão de riscos, com a CGE alcançando **86,27% da meta de Auditorias Baseadas em Riscos**, promovendo uma cultura de gestão de riscos mais robusta. O Programa de

Compliance Público (PCP) superou as metas ao **capacitar 6991 servidores**, reforçando a ética e a transparência no governo. Essas estratégias demonstram um compromisso com a excelência na gestão pública, um impacto positivo na qualidade dos serviços para a população de Goiás e a geração de valores públicos, a seguir detalhados:

- **Integridade e transparência:** estabelece padrões éticos e promove maior transparência na gestão governamental.
- **Prevenção de corrupção:** ajuda a prevenir a corrupção, pois implementa medidas para identificar, mitigar e reportar atividades ilegais ou antiéticas dentro da administração pública.
- **Redução de riscos:** identifica e mitiga os riscos associados às atividades governamentais, protegendo tanto os interesses públicos quanto os recursos públicos.
- **Eficiência e efetividade:** garante que as operações governamentais estejam em conformidade com as leis e regulamentos, aumentando a eficiência e a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a otimização dos gastos governamentais.
- **Accountability e transparência:** As auditorias governamentais fornecem uma avaliação independente e imparcial da gestão pública.
- **Transparência e prestação de contas:** O monitoramento governamental promove a transparência ao disponibilizar informações sobre as atividades e o desempenho do governo, permitindo que os cidadãos acompanhem as ações e decisões de seus representantes e autoridades eleitas.

- **Melhoria da gestão e tomada de decisão:** Os relatórios de auditoria fornecem recomendações para melhorias na gestão e na tomada de decisões, com base em análises detalhadas e avaliações objetivas das operações governamentais. Isso ajuda os gestores públicos a tomar decisões informadas e aprimorar as políticas e práticas governamentais.
- **Melhoria da reputação institucional:** Ao demonstrar compromisso com altos padrões éticos e legais, um programa de *compliance* pode melhorar a reputação das instituições governamentais, tanto nacional quanto internacionalmente.
- **Confiança pública e fortalecimento das instituições democráticas:** O fortalecimento da integridade e transparência por meio do *compliance* aumenta a confiança do público nas instituições governamentais, o que é essencial para o funcionamento saudável de uma sociedade democrática.
- **Melhoria da qualidade dos serviços públicos:** Ao avaliar o desempenho dos serviços públicos e fornecer feedback sobre áreas de deficiência, o monitoramento governamental ajuda a melhorar a qualidade e a eficácia dos serviços prestados à população.
- **Melhoria contínua da gestão e governança:** As inspeções fornecem recomendações e orientações para melhorias na gestão e na governança das organizações governamentais, ajudando a promover a eficiência, a eficácia e a responsabilidade na administração pública.
- **Promoção da boa governança:** Através da avaliação da conformidade com as leis, regulamentos e melhores práticas, as auditorias governamentais promovem a boa governança e o cumprimento dos princípios de transparência, responsabilidade e participação cidadã.

- **Melhoria da performance e efetividade:** As auditorias ajudam a melhorar a performance e a efetividade do governo, ao identificar áreas de oportunidade para otimização de processos, alocação de recursos e prestação de serviços públicos.

No plano Plurianual, o Programa 1005 tem os seguintes **produtos**.

EFICÁCIA FÍSICA, AÇÃO 2006 – CONTROLE E C CORREIÇÃO

PRODUTO UTILIADE	Prevista (a)	Realizada (b)	Eficácia física por produto (c=b/a)
14426 - PAINEL ESTRATÉGICO DESENVOLVIDO /NÚMERO	5,00	9,00	180,00%
7953 - NOVO SISTEMA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (SISPAD) DESENVOLVIDO / PERCENTUAL	43,00	0,40	0,93%
8076 - PROGRAMA GOVERNAMENTAL RELEVANTEAUDITADO / NÚMERO	2,00	3,00	150,00%
9758 - ÓRGÃOS E ENTIDADES SUBMETIDOS A AUDITORIA BASEADA EM RISCOS / PERCENTUAL	100,00	86,00	86,00%
9767 - SERVIDOR CAPACITADO EM EIXO DO COMPLIANCE PÚBLICO / NÚMERO25	1.255	5.257	200,00%
9770 - TRILHA DE INSPEÇÃO DESENVOLVIDA /NÚMERO	10,00	22,00	200,00%
9771 - ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÃO FIRMADO / NÚMERO	2,00	41,00	200,00%
9774 - SERVIDORES CAPACITADOS EM CURSOVINCULADO ÀS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS À CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO / NÚMERO	106,00	471,00	200,00%

14426. Painel estratégico desenvolvido

Exemplos de Painéis Estratégicos:

AVANCE, Estudantes de Atitude, Ranking PCP, Teto de Gastos e Diárias

Em 2023, o Estado de Goiás alcançou avanços significativos na gestão da despesa pública e na promoção da transparência governamental através da entrega de 9 Painéis Estratégicos. Estes painéis, destacando-se entre eles o **AVANCE, Estudantes de Atitude, Ranking PCP, Teto de Gastos e Diárias**, apresentam informações dos vários objetos de análise da CGE. O valor público gerado pela entrega e evolução dos 9 Painéis Estratégicos em 2023 estende-se muito além da melhoria operacional interna, pois possibilitaram um monitoramento eficaz dos recursos públicos, contribuindo para uma administração mais eficiente e responsável.

Os resultados positivos alcançados podem ser atribuídos a vários fatores-chave:

- **Adaptação às Necessidades em Transformação:** As intervenções evolutivas nos painéis, para incorporar novas demandas de informações, garantiram que as ferramentas permanecessem relevantes e úteis para as equipes de auditoria interna e controle, possibilitando decisões baseadas em dados atualizados.
- **Incorporação de Novas Bases de Dados:** A internalização de novas bases de dados corporativas ampliou significativamente a capacidade de análise

cruzada, enriquecendo as informações disponíveis para análise e tomada de decisão.

- **Promoção de uma Cultura de Melhoria Contínua:** A constante evolução e aperfeiçoamento das ferramentas de monitoramento refletem um compromisso com a excelência na gestão pública, incentivando inovações que podem ser replicadas por outras regiões.

Esses fatores, combinados, não apenas aprimoraram a gestão fiscal e a alocação de recursos no Estado de Goiás, mas também fortaleceram a confiança dos cidadãos na administração pública. O projeto dos Painéis Estratégicos serviu como um modelo de como a inovação e a responsabilidade podem coletivamente impulsionar uma gestão pública mais eficaz.

7953 - NOVO SISTEMA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (SISPAD) DESENVOLVIDO / PERCENTUAL

Quando da definição desta meta, vislumbrou-se desenvolver um sistema com o objetivo de registrar, acompanhar e controlar os procedimentos administrativos correcionais contemplando apenas os módulos Sindicância e PAD (Processo Administrativo Disciplinar). Entretanto, dado ao amadurecimento da atividade correcional do Poder Executivo, viu-se a necessidade de um sistema que contemplando (até o presente momento), quatro módulos, além de um de contas, a saber:

- 1 - Módulo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), 100% implementado
- 2 - Módulo Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), 100% implementado;

3 - Módulo Sindicância e PAD, 57% implementado. Sendo o módulo sindicância 100% concluído e o módulo PAD em 14% em andamento;

4 - Módulo Procedimento Preliminar Investigatório e Processo Administrativo de Responsabilização, implementação a ser iniciada, conforme PPA 2024 - 2027; e

5 - Módulo Tomada de Contas Especial, implementação a ser iniciada, conforme PPA 2024 - 2027.

Conforme noticiado no relatório anterior, ante aos ajustes promovidos pela equipe da então Superintendência de Correição Administrativa, o prazo para a entrega dos demais módulos (inclusive o de PAD) será alongado na prática, ultrapassando o ciclo do PPA 2020-2023, avançando sobre o de 2024 - 2027.

Atuação da CGE-GO gera economia de mais de R\$ 2 bilhões aos cofres públicos desde 2019

Compartilhar

Última Atualização em 22 de novembro de 2023

Categoria Notícias

ECONOMIA PROMOVIDA PELAS AÇÕES DA CGE DESDE 2019

R\$ 2.12 BI

Clique e acesse a matéria completa

8076. Programa governamental relevante auditado

Em 2023, a Gerência de Auditoria de Conformidade e Desempenho superou a meta estabelecida de auditar dois programas governamentais ao realizar três auditorias significativas em programas, contribuindo assim para a melhoria da conformidade, eficácia, eficiência e efetividade dos processos organizacionais.

As auditorias realizadas abordaram o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (PROTEGE), o Programa Sinaliza Goiás do DETRAN, e os Colégios Tecnológicos do Estado de Goiás (COTECs), focando em controles internos, governança e o atingimento de objetivos e resultados.

O valor público gerado por estas auditorias reside no fortalecimento dos controles internos e na otimização da gestão de recursos públicos, com o objetivo final de elevar a qualidade dos serviços prestados à população. A abordagem colaborativa na formulação de recomendações, acordadas com os órgãos e entidades auditados, é importante para a eficácia das ações implementadas, pois considera os recursos disponíveis e as especificidades de cada órgão ou entidade.

Os fatores que influenciaram positivamente nos resultados alcançados incluem:

- A superação das metas de auditoria, com a realização de três auditorias em vez de duas, ampliando o escopo de avaliação e impacto.

- A abordagem colaborativa, que visa garantir a adesão e comprometimento dos órgãos/entidades auditados na implementação das recomendações.
- A focalização em programas de grande impacto social, como o PROTEGE e o Programa Sinaliza Goiás, assegurando que as melhorias nos processos tenham um reflexo direto na qualidade de vida dos cidadãos.
- O foco em controles internos e governança, essencial para a sustentabilidade de longo prazo das melhorias implementadas.
- Essas auditorias demonstram como a colaboração entre órgãos de controle e entidades governamentais podem levar a melhorias significativas na eficiência e eficácia da administração pública, com efeitos benéficos diretos para a população.

9758. Órgãos e entidades submetidos a auditoria baseada em riscos

44

Auditorias Baseadas em Riscos (ABRs)

51

órgãos e entidades do Poder Executivo estadual

alcançando assim
86,27%
da meta estabelecida

Em 2023, foram conduzidas 44 Auditorias Baseadas em Riscos (ABRs), inicialmente planejadas para 51 órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, alcançando assim 86,27% da meta estabelecida. Estas auditorias tiveram como foco principal avaliar a evolução da maturidade na gestão de riscos, utilizando um modelo de avaliação adaptado do proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para refletir as especificidades das instituições examinadas.

O valor público gerado por estas auditorias reside na promoção de uma gestão de riscos mais madura e eficaz dentro do Poder Executivo estadual. Este esforço não apenas ajuda a identificar e mitigar potenciais riscos de forma proativa, mas também contribui para uma alocação de recursos mais eficiente e para a melhoria da governança e da transparência.

Os fatores que contribuíram positivamente para os resultados alcançados incluem o comprometimento significativo com a avaliação e melhoria da gestão de riscos em uma ampla gama de áreas governamentais.

O reconhecimento de que o resultado, apesar de não atingir a meta de 100%, é positivo, indica uma abordagem voltada para a melhoria contínua, valorizando os progressos alcançados na gestão de riscos.

Essas auditorias baseadas em riscos demonstram um compromisso do Poder Executivo estadual em fortalecer suas práticas de gestão de riscos, visando a eficiência operacional, a prevenção de fraude e irregularidades, e a promoção de uma cultura de responsabilidade e transparência no uso de recursos públicos.

INSTITUIÇÕES NÍVEL 1 EM GESTÃO DE RISCOS	QUANTIDADE
Procuradoria-Geral do Estado de Goiás - PGE	2
Agência Brasil Central - ABC	
INSTITUIÇÕES NÍVEL 2 EM GESTÃO DE RISCOS	QUANTIDADE
Polícia Penal de Goiás - DGAP	13
Secretaria-Geral de Governo de Goiás - SGG	
Metrobus Transporte Coletivo S/A	
Secretaria de Estado da Casa Militar - SECAMI	
Secretaria de Estado da Retomada	
Goiás Previdência	
Secretaria de Estado da Casa Civil	
GoiásTelecom	
Goiás Turismo	
Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG	
Centrais de Abastecimento de Goiás - CEASA	
Secretaria de Estado de Relações Institucionais de Goiás - SERINT	
Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM	
INSTITUIÇÕES NÍVEL 3 EM GESTÃO DE RISCOS	QUANTIDADE
Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO	15
Secretaria de Estado de Saúde - SES	
Universidade Estadual de Goiás - UEG	
Universidade Estadual de Goiás - UEG	
Secretaria da Economia do Estado de Goiás	
Secretaria Estadual de Educação	

INSTITUIÇÕES NÍVEL 3 EM GESTÃO DE RISCOS	QUANTIDADE
Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN	15
Secretaria de Estado de Administração - SEAD	
Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - EMATER	
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Goiás - SEDS	
Secretaria de Estado de Cultura - SECULT	
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD	
Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR	
Secretaria de Estado de Indústria Comércio e Serviços - SIC	14
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI	
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás - SEAPA	
INSTITUIÇÕES NÍVEL 4 EM GESTÃO DE RISCOS	
Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - Goinfra	
Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás - SSP	
Vice-Governadoria	
GoiásFomento	
Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA	
Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás - CBM	
Agência Goiana de Habitação - Agehab	
Controladoria-Geral do Estado de Goiás - CGE	
Secretaria de Estado de Esporte e Lazer - SEEL	
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG	
Polícia Militar - PM	
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO	
Polícia Civil do Estado de Goiás - DGPC	
Goiásparcerias	

9767. Servidor capacitado em eixo do Compliance Público

Em 2023, o Programa de *Compliance* Público (PCP) enfatizou a importância das capacitações por meio da inclusão de 7 quesitos relacionados à Gestão do Conhecimento, mirando em capacitar áreas estratégicas nos órgãos e entidades governamentais. Esta sistematização atraiu grande interesse por cursos na Escola de Governo (EGOV), levando à introdução de novos formatos de ensino.

5.257 capacitações no âmbito dos eixos do PCP

O resultado foi a realização de **5.257 capacitações no âmbito dos eixos do PCP**, ultrapassando a meta de 1.255 servidores a serem capacitados. Além disso, foram concedidas 80 certificações em *Compliance* Público e realizadas outras 1.734 capacitações para atender um critério específico do Ranking, totalizando 6.991 capacitações.

O valor público gerado por estas iniciativas inclui o fortalecimento do PCP e o desenvolvimento profissional dos servidores, contribuindo para uma administração pública mais eficiente e ética. Os fatores que contribuíram para esses resultados positivos foram a definição clara dos públicos-alvo para as capacitações, a inovação nos formatos de cursos oferecidos e o estabelecimento de uma meta ambiciosa de capacitação, evidenciando o compromisso com a melhoria contínua na gestão pública.

FORMAÇÕES / CAPACITAÇÕES EM 2023 — PROGRAMA DE COMPLIANCE PÚBLICO

Capacitação Eixo do PCP	Quesito do Ranking	Total de Capacitados
Ética Eixo 1	18	1097
Governo Aberto e Participação Cidadã Eixo 2	sem quesito específico	611
Sindicância e PAD Eixo 3	sem quesito específico	430
PARF Eixo 3	15	401
Gestão de Riscos - 30h Eixo 4	15	981
Gestão de Riscos Alta Gestão - 4h Eixo 4	15	482
Ouvidoria Pública Eixo 2	17	688
Workshop TAC Eixo 3	13	175
Técnicas de Resolução de Conflitos Eixo 3	14	313
Formação em Compliance para Secretarias Executivas 4 Eixos	16	79
Subtotal de capacitações do Programa Compliance Público – Produto 9767		5257
outras capacitações não incluídas no produto		
Noções Básicas de Gestão de Contratos	19	1684
Gestão de Contratos - quesito	19	50
Subtotal de capacitações		1734

Formações / Capacitações em 2023 no Programa de Compliance Público

9770. Trilha de inspeção desenvolvida**22**
trilhas de inspeção ou análises detalhadas

Em 2023, a Controladoria-Geral do Estado (CGE) criou 22 trilhas de inspeção ou análises detalhadas para apurar possíveis irregularidades no uso de recursos públicos, ultrapassando a meta inicial de 10 trilhas/análises. Essas ações cobriram

diversos aspectos, como processos de compra que não foram registrados ou enviados corretamente, uso de auxílio emergencial, pagamentos e benefícios em diferentes setores como GoiásFomento, INSS, diárias em várias secretarias e cruzamentos de dados em programas habitacionais.

Exemplos de Trilhas de Inspeção:

- Monitoramento Total - Trilha Edital - Processos de compras não cadastrados no ComprasNet;

- Monitoramento Total - Processos de compras não encaminhados à CGE;
- Trilha Ofício Auxílio Emergencial-CGU;
- GoiásFomento (Análise correspondentes, Diárias, Horas-Extras, Pagamento por RPA);
- Trilha Folha - INSS não recolhido na competência de contratação;
- Diárias SEL, EMATER e AGRODEFESA; SEINFRA - cruzamento de dados do Programa Pra Ter Onde Morar x RhNet e TCM;
- Análises de vínculos (Licitações na CEASA, SECULT, SEDUC, SEEL, AGRODEFESA, GOIASFOMENTO, IQUEGO)Essas auditorias baseadas em riscos demonstram um compromisso do Poder Executivo estadual em fortalecer suas práticas de gestão de riscos, visando a eficiência operacional, a prevenção de fraude e irregularidades, e a promoção de uma cultura de responsabilidade e transparência no uso de recursos públicos.

O valor público gerado por estas iniciativas inclui a identificação e prevenção de irregularidades, garantindo uma aplicação mais eficaz e transparente dos recursos públicos. Além disso, essas ações reforçam a integridade das operações governamentais e promovem a confiança dos cidadãos na gestão pública.

Os fatores que contribuíram para os resultados positivos foram:

- **Diversidade das trilhas de inspeção:** Ao cobrir uma ampla gama de áreas e processos, a CGE conseguiu

identificar e abordar diferentes tipos de possíveis irregularidades, desde processos de compra até pagamentos indevidos e falhas no recolhimento de impostos.

- **Uso de tecnologia e cruzamento de dados:** A capacidade de cruzar informações de diferentes bases de dados permitiu identificar discrepâncias e indícios de irregularidades de forma mais eficiente.
- **Foco em áreas estratégicas:** Concentrar esforços em setores onde o risco de irregularidades pode ser mais alto aumentou a eficácia das inspeções e das análises realizadas.

Essas ações coletivas reforçam o comprometimento do Governo de Goiás em assegurar a correta utilização dos recursos públicos e em promover uma cultura de integridade e transparência no setor público.

9771. Acordo de Cooperação para intercâmbio de informação

Os acordos de cooperação, na administração pública, são frequentemente usados para melhorar os serviços públicos, desenvolver projetos de interesse comum e promover o desenvolvimento sustentável, entre outros objetivos.

41

Acordos de Cooperação

Percebemos um resultado notavelmente positivo em 2023, com uma meta de alcançar 2 Acordos de Cooperação, no entanto foram realizados 41.

Esse sucesso é atribuído à adesão de vários municípios goianos ao Programa de *Compliance* Municipal (PCM), uma iniciativa do Governo de Goiás, executada pela Controladoria-Geral do Estado (CGE) em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e a Federação Goiana de Municípios (FGM).

O programa tem como objetivo implementar práticas que assegurem a gestão municipal alinhada com princípios éticos e leis aplicáveis. Os fatores que influenciaram positivamente nesse resultado foram a colaboração entre diferentes entidades governamentais e a receptividade dos municípios à implementação de práticas de compliance.

Esses acordos possibilitam gerar como valor público a colaboração, compartilhamento de recursos, conhecimentos, e expertise, além de fortalecer as relações entre os participantes.

9774. Servidor capacitado em curso vinculado às competências necessárias à Controladoria-Geral do Estado

471

Capacitações

A meta prevista, no Planejamento Estratégico para o ano de 2023, era de 200 capacitações e foram realizadas 471. Com o Plano de Desenvolvimento Individual dos servidores da CGE implementado, houve uma melhora tanto no planejamento quanto na execução dos cursos. Contribuiu para isso também, o Levantamento das Necessidades de Capacitação,

onde novos cursos foram ofertados, aumentando o interesse dos servidores com as novas capacitações.

Para 2024, esperamos ultrapassar a meta novamente, sobretudo, com a reestruturação do Plano de Desenvolvimento Profissional da CGE e novo diagnóstico das competências mapeadas.

A capacitação adequada dos servidores públicos gera um evidente perceptível **bem público**. Nossos servidores, por serem bem capacitados e atualizados, adquirem as competências necessárias para desempenhar suas funções de forma mais **eficiente e eficaz**. Isso se reflete na **qualidade dos serviços prestados à população**, contribuindo para a **satisfação dos cidadãos** e fortalecendo a **reputação da instituição**. Além disso, a capacitação permite uma melhor adaptação às novas demandas e tecnologias, resultando em processos mais ágeis e efetivos. [Além disso, a capacitação permite uma melhor adaptação às novas demandas e tecnologias, resultando em processos mais ágeis e efetivos.](#)

ENTREGAS RELEVANTES QUE NÃO SÃO PRODUTOS DO PPA, APRESENTADAS POR ÁREAS DE ATUAÇÃO DA CGE

Auditoria de Políticas Públicas

Em 2023, a Gerência de Auditoria de Políticas Públicas conduziu consultorias de assessoramento em três secretarias estaduais, focando na otimização de processos e no alinhamento com o planejamento estratégico e as políticas públicas.

Através de consultorias na SEAPA (Agricultura), SEMAD (Meio Ambiente) e SEDUC (Educação), a equipe desenvolveu produtos essenciais como matrizes situacionais, mapeamento de macroprocessos, relatórios de *benchmarking*, análises de risco, e painéis gerenciais, com o intuito de aprimorar a aquisição de maquinários agrícolas, melhorar a gestão e fiscalização dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental e otimizar os controles do Programa Bolsa Estudo.

Essas iniciativas contribuíram para a criação de valor público agregado, oferecendo vantagens substanciais para a sociedade através do aprimoramento da gestão pública, tornando-a mais eficiente e alinhada com as exigências e o bem-estar dos cidadãos de Goiás. Ao melhorar a prestação de serviços públicos e promover uma governança mais transparente e responsável, estas ações fortalecem ainda a confiança na administração pública.

Seguem abaixo as entregas desta Gerência nesse exercício:

- Consultoria de assessoramento analisando o macroprocesso que envolve a aquisição de maquinários agrícolas; realizada Consultoria de Assessoramento na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, com o objetivo de assessorar a gestão a implantar controles visando à aderência das contratações ao planejamento estratégico e às políticas públicas.
- Produtos desenvolvidos na consultoria:

- Matriz situacional;
- Mapeamento do macroprocesso;

- Relatório de benchmarking;
- Relatório do IMB (Instituto Mauro Borges);
- Pesquisa junto aos beneficiários;
- Matriz de riscos;
- Caracterização da política pública;
- Relatório da consultoria.

- Consultoria de assessoramento nos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental; realizada Consultoria de Assessoramento na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, com o objetivo de auxiliar no preparo de respostas ao TCE, no que concerne a Auditoria de Conformidade nº 1/2022, bem como assessorar na melhoria dos processos de gestão e fiscalização dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental firmados.
- Produtos desenvolvidos:

- Painel gerencial dos TCCAs (Power BI);
- Plano de ação para resposta à Auditoria de Conformidade do TCE;
- Análise crítica dos riscos que envolve os TCCAs;
- Relatório de consultoria.

- Consultoria de Assessoramento no Programa Bolsa Estudo; realizada Consultoria de Assessoramento na Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, com o objetivo de auxiliar nos processos e controles relacionados à formulação, implementação e monitoramento do Programa Bolsa Estudo.

- Produtos desenvolvidos:

- Análise Executiva;
- Pesquisa junto aos beneficiários;
- Relatório de *benchmarking*;
- Relatório do IMB;
- Relatório de consultoria.

- Elaboração da 'Sequência do Processo de Consultorias'. O roteiro elaborado apresenta as diretrizes para a realização de consultorias de assessoramento com foco em políticas públicas e inclui modelos de documentos de referência utilizados nesse processo.
- Elaboração de *checklist* da 'Análise Executiva da Política Pública'. O modelo elaborado serve como direcionador para condução das análises executivas realizadas durante os processos de consultorias e auditorias das políticas públicas promovidas no âmbito da GEAPP. A Análise Executiva é um tipo de avaliação ex post, cujo propósito é apresentar um panorama geral da política pública, tendo como objetivo identificar oportunidades de melhorias, bem como fomentar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas.

A GEAPP iniciou outros dois trabalhos que estão na etapa de planejamento:

- Consultoria de assessoramento na Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP, com o objetivo de aprimorar os controles e processos envolvidos na formulação, implementação, monitoramento e avaliação da Sala Lilás;



- Em conjunto com a GEACD, iniciamos Auditoria de Desempenho para avaliar a eficiência e a eficácia do processo de concessão de aposentadoria.

Auditoria de Monitoramento

O monitoramento e auxílio na conclusão de **45 SAC's e IACs**, e supervisão de **47** processos licitatórios promoveram uma gestão pública mais transparente e responsável.

Em 2023, a Gerência de Auditoria de Monitoramento da Controladoria-Geral do Estado de Goiás não apenas gerou valor público agregado significativo, mas também proporcionou benefícios tangíveis para a sociedade através de uma série de ações estratégicas. Facilitando a comunicação entre o Tribunal de Contas Estadual (TCE) e cinco pastas governamentais, a equipe auxiliou na implementação de determinações e recomendações cruciais. O monitoramento e auxílio na conclusão de 45 SACs e IACs, e supervisão de 47 processos licitatórios, promoveram uma gestão pública mais transparente e responsável.

Adicionalmente, a implementação de consultorias em três pastas e a contribuição para o Programa da Qualidade, com avaliações positivas em consultorias de assessoramento e treinamento, além do monitoramento de 520 demandas

externas de órgãos de controle, reforçaram a eficiência nos processos e na alocação de recursos. Estas ações não só melhoraram a governança e a transparência, mas também garantiram uma utilização mais eficaz dos recursos públicos, resultando em serviços de melhor qualidade para os cidadãos goianos e fortalecendo a confiança na administração pública.

Seguem abaixo as principais entregas desta gerência nesse exercício:

4.1 Contas do Governador 2022 monitoradas:

- Ação: Assessoria (consultoria de facilitação) na interlocução entre os técnicos do TCE e os órgãos e entidades responsáveis por implementar ações para atendimento das determinações/recomendações daquela Corte; trabalho realizado junto a 5 Pastas: Economia, SGG, Goiasprev, Seinfra, Saneago;
- Resultado: Em andamento.

4.2 Conclusão de monitoramentos de SACs e IACs durante o ano de 2023:

- Ação: Acompanhamento por processo e por reuniões com o intuito de auxiliar as pastas a implementarem as recomendações emitidas pela CGE e concluir os processos;
- Resultado: Foram concluídas 45 SACs e IACs no ano de 2023, com emissão de IAM.

4.3 Percentual de atendimento das recomendações emitidas em SAC e IAC

De 2019 até dezembro de 2023, o percentual de atendimento das recomendações emitidas em SAC e IAC foram de 70% de atendimento, considerando-se as concluídas neste ano. Monitoramentos de análises de processos licitatórios e aditivos:

- Ação: Acompanhamento por processo com o intuito de verificar a implementação das recomendações emitidas pela CGE;
- Resultado: Foram monitorados 47 processos e concluídos 42;
- % de atendimento: 70,4%.

4.4 Monitoramento de Consultorias de Assessoramento:

- Ação: Acompanhamento da implementação das ações propostas nas Consultorias realizadas pela CGE;
- Resultado: 3 Pastas atendidas: SEAPA, CEASA, SEMAD.

4.5 Programa da Qualidade:

- Implementação do Programa da Qualidade na CGE. Foram realizadas avaliações de 3 consultorias de Assessoramento e uma Consultoria de Treinamento;
- Resultado: Consolidando-se as avaliações das quatro consultorias, temos um % de "Ótimo" de 69,18% e de "Bom" 26,89%.

4.6 Monitoramento de Demandas externas:

- Monitoramento de demandas de órgãos de controle feitas aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;

- Resultado: 520 demandas sendo monitoradas até 21 dez. 2023.

Análise Fiscal

A Lei Estadual nº 21.792, de 16/02/2023, estabelece a organização administrativa básica do Poder Executivo do Estado de Goiás, sendo regulamentada pelo Decreto Estadual nº 10.218, de 16/02/2023. Dentre as modificações na estrutura administrativa decorrentes dessas normas, está a criação da Gerência de Análise Fiscal, ligada à Subcontroladoria de Auditoria Interna e Controle da Controladoria-Geral do Estado (CGE). As atribuições inerentes à Gerência de Análise Fiscal estão relacionadas ao atendimento de exigências previstas em normativos do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e nas legislações estaduais e federais, como demonstrado no detalhamento das entregas abaixo:

- Consolidação do Relatório que compõe as Contas Anuais do Governador, com referência ao exercício de 2022. A elaboração e encaminhamento da Prestação de Contas do Governador ao TCE e à Assembleia Legislativa visam atender às exigências expressas no Artigo 37, inciso XI da Constituição Estadual, nos Artigos 55-A e 56 da Lei nº 16.168, de 11/12/2007 (Lei Orgânica do TCE-GO), na Resolução Normativa TCE nº 022/2008 e na Resolução Normativa TCE nº 7/2018.
- Análise formal dos relatórios exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e Relatório de Gestão Fiscal - RGF). Esse trabalho atende ao que prevê o parágrafo único do Art. 46 do Decreto nº

9.943, de 8/09/2021, que dispõe sobre normas de programação e execução orçamentária e financeira e procedimentos contábeis para o Estado de Goiás. Em 2023, foram analisados os seguintes relatórios: RREO correspondente ao 6º bimestre de 2022 e ao 1º, 2º, 3º, 4º e 5º bimestres de 2023, RGF relativo ao 3º quadrimestre de 2022 e ao 1º e 2º quadrimestres de 2023, além do RGF Consolidado (Todos os Poderes e Órgãos Autônomos) e de alguns demonstrativos do RGF do 3º quadrimestre de 2022, que foram republicados.

- Acompanhamento da situação fiscal do Estado e do cumprimento das vinculações constitucionais (Constituição Federal, Constituição Estadual e Resoluções do Senado), por meio da elaboração de quatro Boletins para conhecimento do Secretário-Chefe da CGE.

Portanto, a Gerência de Análise Fiscal desempenhou em 2023 importante papel, contribuindo com a conformidade fiscal e promoção da transparência governamental, ao atender às exigências legais. Sua atuação gera valor público agregado, tendo em vista que as prestações de contas possibilitam demonstrar à sociedade como foi realizada a aplicação dos recursos públicos estaduais, viabilizando o exercício do controle social.

Inspeção

A Gerência de Inspeção, embora não tenha um produto específico no PPA, trabalha em conjunto com as áreas de auditoria e a Assessoria de Inteligência em Controle Interno. Ela é responsável por uma vasta gama de ações de controle interno, incluindo apurações em diversas áreas

como aquisições, contratações de bens e serviços, despesas de pessoal, concessões, parcerias com o setor privado, transferências de recursos, convênios, uso e manutenção do patrimônio público, renúncia de receitas e gestão da dívida pública.

Em 2023,
foram realizadas
143 inspeções

Valor Fiscalizado (total):
R\$ 5.138.639.992,09

Economia Potencial:
R\$ 172.919.770,69

O valor público gerado pela Gerência de Inspeção inclui a promoção de uma administração mais eficiente e transparente, ao propor melhorias nos controles dos sistemas informatizados e nos procedimentos legislativos, visando a otimização dos gastos públicos. Além disso, ao orientar gestores sobre a correta aplicação dos recursos e oferecer suporte ao controle externo, a gerência contribui para uma gestão fiscal mais responsável e para o fortalecimento da integridade institucional.

Os benefícios para a sociedade incluem a garantia de que os recursos públicos são usados de maneira eficaz e eficiente, o que resultou em uma economia potencial de

R\$ 172.919.770,69 para os cofres públicos. Essa atuação assegura não apenas uma gestão pública mais transparente e íntegra, mas também promove a confiança da sociedade na administração pública e no uso justo e adequado dos recursos públicos.

Em 2023, essa gerência desempenhou um papel fundamental na elevação da eficiência administrativa, criando valor público e proporcionando benefícios concretos tanto para diferentes órgãos do Poder Executivo quanto para a sociedade, por meio das seguintes ações:

► CONSULTORIA EM AUDITORIA

Por solicitação da Secretaria da Educação, a Gerência ampliou seu escopo tradicional e efetuou Consultoria de Treinamento para elaboração da pesquisa de preços para aquisição de bens e serviços, com vistas à realização da Estimativa de Custos da licitação. O conteúdo abordou melhores práticas, guias e manuais para referências, metodologias, e riscos a serem observados nas contratações específicas da pasta, com base no histórico de Análises Prévia de licitações analisadas por esta especializada.

► ANÁLISES DIVERSAS

Destacaram-se quantitativamente, no ano de 2023, as Análises dos Indicados aos Conselhos e Diretorias das Empresas Estatais de Menor Porte. Com as transformações sofridas no IPASGO ao longo de 2023, foram demandadas 36 análises por aquela entidade, atendidas tempestivamente por força tarefa constituída por esta CGE. O resultado

entregue no ano apresentou excedente quantitativo superior a 70% em relação ao planejado, analisando todas as indicações feitas no período.

Planejado 2023: 45
Realizado 2023: **77 (170%)**

Adicionalmente, foram entregues pela Gerência oito trabalhos de Inspeção de Pessoal, abrangendo objetos como acumulação irregular de proventos de aposentadoria, benefícios previdenciários, auxílios e gratificações.

Realizou-se ainda a análise do regulamento de Compras da Organização das Voluntárias de Goiás - OVG.

► INICIATIVAS SUPOSTADAS POR TECNOLOGIA

Além de outras demandas, em 2023 foram desenvolvidas iniciativas suportadas por tecnologia em parceria com a Assessoria de Inteligência em Controle Interno, destacando-se a atualização do sistema Monitoramento Total, que aprimorou a organização das informações relativas ao universo de contratações.

Visando a adoção de novas ferramentas e metodologias de trabalho, esforços foram direcionados para incorporar inteligência artificial, buscando melhorar a produtividade e a eficiência na distribuição da força de trabalho. Ademais, iniciou-se o processo de seleção de potenciais fornecedores e a colaboração com a SEAD para a aquisição de soluções inovadoras, indicando a possível contratação de uma Solução Inovadora (CPSI) em breve.

► BENCHMARKING E APOIO TÉCNICO

Além das atividades ordinárias, a Gerência participou de atividades de *benchmarking* sobre práticas de gestão durante a visita internacional da delegação de Moçambique, bem como manteve interações para fins similares com Controladorias de outras unidades da federação.

De forma auxiliar, a Gerência de Inspeção forneceu também apoio técnico na elaboração de consultorias conduzidas pelas Gerência de Auditoria e Execução de Contratos e Gerência de Auditoria em Gestão de Riscos. Esses trabalhos abordaram uma variedade de objetos, com ênfase em sistemas de pagamento, questões tributárias, licitações e contratos em execução.

Também foram efetuados trabalhos de suporte à gestão, incluindo o mapeamento de processos e a identificação de áreas de interesse, além de colaborar com os controles interno e externo, o Ministério Público, forças policiais, entre outros.

Auditoria de Execução de Contratos

A Gerência de Auditoria de Execução de Contratos - GEAC foi criada pela Lei 21.792, de 16/02/2023, que estabeleceu a nova estrutura administrativa do Estado. Inicialmente, as atividades da GEAC eram desempenhadas pelo Grupo Especial de Auditoria e Inspeção de Contratos - GEAC, com uma equipe robusta. Após a reforma administrativa e a realocação de pessoal com foco na otimização de recursos, a equipe tornou-se mais enxuta.

- 11 inspeções;
- 2 consultorias de assessoramento;
- 2 consultorias de treinamento;
- 6 consultorias de facilitação;
- 1 auditoria de conformidade; e
- Pesquisa de Perfil de Gestores e Fiscais de Contratos (todos os órgãos e Entidades).

Economia efetiva na gestão e controle de contratos em aproximadamente
R\$ 18 milhões

Aumento da Receita em aproximadamente
R\$ 36 milhões

As ações de controle desenvolvidas por essa gerência geraram um valor público significativo ao propiciar melhorias na gestão e controle dos contratos, com **economia efetiva de aproximadamente R\$ 18 milhões** e probabilidade de gerar ainda mais de R\$ 17 milhões de economia nos próximos meses. Destaca-se também o trabalho de inspeção e consultoria referente a apuração de perda de receita e regulamentação referente a nova retenção de imposto de renda dos contratos, que gerou **aumento de receita do Estado de aproximadamente R\$ 36 milhões**.

Essas ações não só otimizaram recursos, mas também melhoraram a transparência, a gestão e o controle dos contratos públicos, trazendo benefícios diretos para a administração pública e, consequentemente, para a sociedade goiana, ao assegurar uma gestão fiscal responsável e eficiente.

Auditoria em Gestão de Riscos

Em 2023, a Gerência de Auditoria em Gestão de Riscos desempenhou um papel crucial na administração pública, destacando-se pela formação de 1.683 servidores em competências essenciais de Gestão de Riscos, o que gerou um significativo valor público e proporcionou benefícios substanciais para a sociedade. Este esforço educacional, abrangendo desde cursos básicos até formações especializadas para a alta gestão, visa fortalecer a capacidade institucional de identificar, avaliar e mitigar riscos, assegurando uma governança eficaz e responsável.

Total de servidores capacitados em Gestão de Riscos:
1.683 servidores:

- **976** servidores capacitados no curso Gestão de Riscos Eixo 4;
- **482** servidores capacitados no curso de Gestão de Riscos para Alta Gestão;
- **79** servidores capacitados no curso de Formação em *Compliance* para Secretarias Executivas;
- **146** servidores capacitados no Curso Prático Smartsheet.

Além da capacitação, a gerência efetuou diversas outras entregas, incluindo consultorias, atualizações de cursos, oficinas, produção de material orientativo, e colaborações intergovernamentais. Essas iniciativas não apenas aprimoraram a gestão de riscos em várias instituições do Poder Executivo, mas também promoveram uma cultura de *compliance* e transparência, beneficiando diretamente a gestão pública e, por extensão, toda a sociedade. Seguem abaixo as outras entregas:

- 57 consultorias/assessoramento em Gestão de Riscos, realizados a diversas instituições do Poder Executivo;
- Atualização do curso de Gestão de Riscos para Alta Gestão;
- 3 oficinas para orientações específicas às Secretarias Executivas;
- 5 vídeos orientativos produzidos disponibilizados aos coordenadores das Secretarias Executivas;
- 20 horas de Capacitação em Gestão de Riscos para 30 servidores da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro;
- Capacitação em Gestão de Riscos para a Alta Gestão da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro;
- 24 horas de capacitação para a análise e avaliação da maturidade em gestão de riscos das instituições participantes do ranking, para 15 servidores;
- Elaboração e publicação de Manual orientativo para a atuação das Secretarias Executivas;
- Revisão e Atualização do questionário de avaliação da Maturidade em Gestão de Riscos;
- Parceria com a Secretaria da Economia e disponibilização de matrizes para a identificação dos riscos fiscais do Estado;

- Levantamento de riscos comuns entre as Instituições do Poder Executivo;
- Realização de Workshop de Gestão de Riscos para a OAB;
- 2 palestras para Internalização da Gestão de Riscos direcionadas à Alta Gestão da Secretaria da Economia e para a SECTI;
- 2 Palestras para Introdução da Gestão de Riscos aos novos servidores ingressos por concurso da SSP e CBM.

Gestão de Contas

Feitos no exercício:

- Regulamentação do trâmite das prestações de contas de organizações sociais junto aos órgãos supervisores, por meio da publicação da Instrução Normativa nº 04/2023 – CGE;
- Nivelamento técnico da análise das prestações de contas de organizações sociais, com capacitação de 9 servidores da CGE e 2 servidores da Secretaria de Estado da Saúde - SES;
- 99 certificações em processos de Tomada de Contas Especial, 50 a mais se comparado com 2022, ou seja, um acréscimo 102% em certificações;
- 6 notas técnicas conclusivas de análises de prestações de contas de organizações sociais, 3 a mais se comparado com 2022, isto é, um acréscimo de 100% de produtividade;
- 16 despachos de diligências em processos de certificação de Tomada de Contas Especial;
- 332 Termos de Recebimento e Registro de Análise de Prestação de Contas elaborados;

- 51 Relatórios de Auditoria de Gestão emitidos e encaminhados tempestivamente ao Tribunal de Contas do Estado - TCE, via TCE-HUB;
- Conclusão de processo de Tomada de Contas Especial - TCE avocado e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado.

PROGRAMA 1013 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

AÇÃO 2050 - GOVERNO ABERTO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Alinhado com o Macro Objetivo Governamental “Controle Social” a CGE visa no Programa Participação e Controle Social aumentar a participação cidadã e incentivar o controle social. Este é um mote importante, marca deste governo e dessa gestão institucional.

A Subcontroladoria de Governo Aberto e Ouvidoria-Geral contribuiu para o alcance de resultados do Programa de *Compliance* Público no Estado de Goiás em 2023, a partir do desenvolvimento de atividades que trabalhavam as temáticas de participação social, ouvidoria e transparência.

Em atenção à participação social, foram executados programas que estimulam a criação de um ecossistema de participação social, ambiente que favorece o monitoramento e a fiscalização da administração pública pela sociedade.

No Plano Plurianual, o Programa 1013 tem os seguintes produtos.

AÇÃO 2050 - GOVERNO ABERTO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Produto/ Unidade	Metas Físicas		Eficácia Física por Produto $c=b/a$
	Prevista (a)	Realizada (b)	
14428 - CIDADÃO ATENDIDO PELO PROJETO EMBAIXADORES DA CIDADANIA / NÚMERO	400,00	1.786,00	200,00%
14429 - CIDADÃO ATENDIDO PELO PROJETO AGENTES DA CIDADANIA / NÚMERO	550,00	1.786,00	200,00%
7954 - NOVO PAINEL IMPLANTADO NO PORTAL DA TRANSPERÊNCIA / NÚMERO	1,00	8,00	200,00%
9737 - ESTUDANTE ATENDIDO PELO PROJETO ESTUDANTES DE ATITUDE / NÚMERO	28.000,00	38.315,00	136,84%
9738 - MUNICÍPIO ATENDIDO PELO PROJETO ESTUDANTES DE ATITUDE / NÚMERO 120,00	120,00	219,00	182,50%
9739 - ESCOLA ATENDIDA PELO PROJETO ESTUDANTES DE ATITUDE / NÚMERO	700,00	780,00	111,43%
9747 - OUVIDORIA CERTIFICADA / NÚMERO	30,00	22,00	73,33%
9749 - PROFESSOR ATENDIDO PELO PROJETO ESTUDANTES DE ATITUDE / NÚMERO	1.820,00	2.047,00	112,47%
9753 - PORTAL DE DADOS ABERTOS IMPLANTADO/ PERCENTUAL	0,00	2,00	0,00

14428. Programa Embaixadores da Cidadania

O projeto Embaixadores da Cidadania, em parceria com o Governo do Estado de Goiás, a Controladoria Geral, a Universidade Federal de Goiás e a Organização das Voluntárias de Goiás, visa fortalecer a relação entre sociedade e governo, capacitando os cidadãos para o exercício da cidadania e promovendo soluções sociais. Com 5.519 inscritos e 1.786 certificados, o programa alcançou uma ampla participação, refletindo a abertura do programa à diferentes perfis de participantes. Porém, enfrentou um desafio metodológico para atender um público tão diverso, o que pode ter contribuído para a não finalização do curso por parte de todos os participantes. Apesar deste desafio, foram executadas 53 Ações de Impacto Social, essas evidenciam o valor público gerado, enriquecendo a interação entre cidadãos e governo, bem como promovendo soluções comunitárias e capacitação dos participantes.

14429. Agentes da Cidadania

Para o ano de 2022, o projeto “Agentes da Cidadania” teve suas atividades descontinuadas em função da priorização de outros projetos estratégicos de fomento ao controle social e participação cidadã. Neste sentido, suas ações e metodologia foram incorporadas de forma complementar ao programa “Embaixadores da Cidadania”, bem como às demais iniciativas existentes na área.

7952 e 7954. Transparência Individual e Portal da Transparência

Transparência Institucional: No ano de 2023 foram realizadas várias ações que fomentaram o desenvolvimento

e o aperfeiçoamento da transparência no Poder Executivo do Estado de Goiás.

A primeira delas foi a disponibilização do **Novo Portal da Transparência** do Estado de Goiás, em 17/07/2023, à sociedade.

O site foi totalmente reformulado para facilitar a navegação e deixar as informações ainda mais claras e fáceis de serem encontradas, em atendimento à legislação de transparência e a critérios de avaliação estabelecidos por entidades externas, em especial a ATRICON (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil).



Em 2023, o site foi submetido a uma avaliação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), através do Programa Nacional de Transparência Pública - PNTP, elaborado pela ATRICON, e obteve um excelente resultado, alcançando o **nível diamante**, com atendimento de 99,10% dos critérios estabelecidos, atingindo o 2º lugar no ranking geral entre os portais de transparência dos estados e DF.

Muitos desafios surgiram durante o processo de migração do Portal da Transparência, como dificuldades técnicas e desmotivação das equipes envolvidas, entretanto todas foram superadas em prol de um interesse único: o desenvolvimento da transparência pública no Estado de Goiás e o fortalecimento do direito de acesso à informação.

O valor público gerado com a migração do Portal da Transparência é de grande importância, pois se trata de uma ferramenta de informação ativa dos dados públicos, garantindo o direito de acesso à informação e colaborando com o controle da sociedade sobre as ações dos agentes públicos.

Outra importante ação foi a realização da **5ª Edição do Prêmio Goiás Mais Transparente**, uma iniciativa da CGE para dar continuidade ao aprimoramento e ao fomento da transparência na gestão pública estadual.

O programa contou com a participação de todos os órgãos e entidades que compõem a administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual, perfazendo o total de 51 entidades avaliadas, divididas em duas categorias:

- I - Órgãos, Autarquias e Fundações, com 38 representantes, e
- II - Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, com 13 participantes.

As metodologias aplicadas foram adequadas às diretrizes da ATRICON, somadas às exigências da legislação estadual que tratam sobre transparência pública em Goiás. O resultado foi um importante avanço na transparência e no acesso à informação, fruto do comprometimento e aderência dos órgãos e entidades às metodologias utilizadas.

Na Categoria I, 36 dos 38 entes avaliados conquistaram o selo Diamante, o que representa 94,74% do total. A Categoria II também teve um bom desempenho, com 69,23% classificados no nível Diamante (09 das 13 empresas).

Em relação às **capacitações** no Eixo II do Programa de *Compliance* Público, Governo Aberto e Participação Cidadã, foram capacitados 611 servidores em 2023, na modalidade presencial e híbrida.

9737, 9738, 9739 e 9749. Estudantes de Atitude; Programa de *Compliance* Público Municipal

Programa Estudantes de Atitude:

Uma competição entre escolas públicas estaduais que promove práticas relacionadas à transparência, controle social, voluntariado e prevenção à corrupção.

Com **780** escolas inscritas em 2023, oriundas de **219 municípios**, o projeto gamificado impactou diretamente mais de **38.315 alunos** e **2.047 professores**. Dentre as inscritas, 615 escolas avançaram para a fase da auditoria cívica. Nesta etapa, equipes compostas por até 40 alunos e três professores inspecionaram 16 ambientes escolares.

Na fase final, 470 escolas realizaram o desafio, planejando e desenvolvendo ações de intervenção social para melhorar a escola e a comunidade.

O Projeto Estudantes de Atitude gerou valor público ao estimular o engajamento cívico dos alunos, promover a transparência e a melhoria da infraestrutura escolar, além de fortalecer o vínculo entre alunos, professores e comunidade. Apesar dos desafios enfrentados na gestão das equipes e na organização das atividades, o projeto obteve resultados significativos no empoderamento dos estudantes e na promoção de uma cultura de cidadania nas escolas estaduais.



780
escolas inscritas em 2023
oriundas de
219 municípios

38.315 alunos e
2.047 professores

Estudantes de Atitude é campeão em prêmio do Consórcio Brasil Central

Última Atualização em 23 de janeiro de 2024
Categoria Notícias



[Clique e acesse a matéria completa](#)

Programa Compliance Público Municipal:

O Programa de Compliance Público Municipal (PCM), uma iniciativa do Governo de Goiás em parceria com a Controladoria-Geral do Estado (CGE), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e Federação Goiana de Municípios (FGM), teve um impacto positivo na integridade e eficiência da gestão pública municipal em 2023.



61 municípios

Entre os fatores positivos, destaca-se o interesse de **61 municípios** em participar. Dos selecionados, **38** firmaram Acordos de Cooperação, evidenciando o compromisso com a conformidade e integridade. As entregas incluíram a implementação de políticas de gestão de riscos, códigos de conduta e regulamentação da LAI.

Além disso, treinamentos essenciais foram oferecidos para **2.093** servidores municipais. Apesar dos desafios na adaptação da metodologia às diferentes realidades municipais, o programa obteve resultados significativos. O PCM gerou valor público ao fortalecer a integridade no serviço público, melhorar políticas públicas e aumentar a satisfação dos cidadãos.

9747. Ouvidoria certificada

Em relação às atividades de Ouvidoria destacamos as seguintes ações:

Tratamento das Manifestações no Sistema de Ouvidoria:

88.103 atendimentos

- Foram realizados **88.103 atendimentos**, sendo **54.333 manifestações registradas no Sistema de Ouvidoria** e

33.770 atendimentos por telefone. Essas manifestações, provenientes dos usuários de serviços públicos, desempenham um papel crucial no controle interno de processos. Além disso, as denúncias apresentadas possibilitam a instauração de processos administrativos para responsabilizar servidores que cometem atos em desconformidade com as normas vigentes.

- No caso do tratamento das manifestações realizado pela Ouvidoria, o valor público gerado está na transparência, na *accountability* e na busca contínua pela excelência nos serviços prestados à população.

Criação de Grupos de Trabalho:

- Foram estabelecidos 12 Grupos de Trabalho para abordar diversas temáticas, tais como Política de Governo Aberto, Conselho de Usuários, Engajamento da Rede, Gestão de Riscos nas Ouvidorias, LAI, Engajamento Cívico, Maturidade Ouvidoria Goiás, Mediação de Conflitos, Avaliação da Qualidade de Resposta, Relatório Gerencial, Sistema de Ouvidoria e Tratamento de Denúncias, e a Proteção do Denunciante.
- Esses grupos têm como objetivos promover **colaboração**, desenvolver **ferramentas**, oferecer **capacitação** e fortalecer a **governança das ouvidorias**. A criação deste Grupos de Trabalho visa gerar valor público ao promover a eficiência, aumentar a capacitação dos profissionais e a busca constante pela excelência nas ouvidorias.

Realização de Encontros Estratégicos:

- Durante o ano, foram realizados 2 encontros estratégicos com o propósito de permitir uma

reflexão conjunta sobre as características das unidades de ouvidoria e identificar oportunidades de aprimoramento.

- Buscamos constantemente otimizar os **objetivos**, a **estrutura** e os **processos** da ouvidoria, contribuindo para sua maturidade e eficácia.
- Os encontros estratégicos ao promover a colaboração, a reflexão e o aprimoramento constante das ouvidorias, resultando em um serviço mais eficiente e alinhado com as necessidades da sociedade gerando maior valor público.

Capacitação:

688 servidores

- Foram treinados **45 servidores** para atuarem como administradores do Sistema de Ouvidoria do Estado de Goiás.
- Realizamos a **capacitação de 688 servidores** no curso “Ouvidoria Pública: o que você tem a ver com isso?”, promovido pela Escola de Governo.
- Oferecemos o curso de aperfeiçoamento e certificação em Compliance Público pela Escola Superior do Ministério Público (ESUMP).
- Implementação do Programa de *Compliance* Público Municipal (PCM).
- Participação no 7º Seminário Goiano de Ouvidoria.
- A capacitação contínua dos servidores resulta em uma administração mais eficiente, maior conformidade com

padrões éticos e uma ouvidoria mais robusta e responsiva. Esses benefícios diretos reverberam positivamente na experiência dos cidadãos e na qualidade dos serviços prestados à sociedade como um todo.

Lançamento do Novo Sistema:

- O novo **Sistema de Ouvidoria do Estado de Goiás** proporciona segurança e estabilidade na gestão de manifestações, contribuindo significativamente para a eficiência do processo.
- Assegura a **proteção dos dados e a estabilidade operacional**, simplificando a gestão de manifestações e promovendo **respostas ágeis e eficientes**.
- O valor público gerado pelo novo Sistema de Ouvidoria está na melhoria da experiência dos cidadãos, na transparência e na eficiência do serviço prestado pelo Estado de Goiás.

No que se refere ao incremento da transparência institucional do Estado de Goiás, podemos destacar os seguintes pontos:

9753 e 14427. Política de Dados Abertos

Os fatores que influenciaram de forma positiva nos resultados alcançados incluem o **lançamento bem-sucedido do Fórum Goiano de Governo Aberto**, que reuniu **49 entidades** e promoveu colaboração entre órgãos governamentais, sociedade civil e acadêmica. Isso demonstra um forte engajamento e apoio das partes interessadas na promoção da transparência e da inovação na administração pública.



A abertura de uma Consulta Pública para a construção do 1º Plano de Governo Aberto também foi um passo importante, incentivando a participação ativa dos cidadãos na formulação de políticas.

50.390
contribuições na
Consulta Pública

6
eixos temáticos

18
compromissos

O valor público gerado à sociedade foi significativo, pois as 50.390 contribuições recebidas foram essenciais para estruturar 18 compromissos distintos, organizados em 06 eixos temáticos. Esses compromissos visam fortalecer a governança, promover a prestação de contas e incentivar uma sociedade mais justa e transparente. Além disso, a abertura de uma Consulta Pública para escolha dos compromissos prioritários demonstra um compromisso contínuo com a participação cidadã e a melhoria contínua das políticas públicas.

Apesar dos desafios encontrados ao longo do processo, como a necessidade de garantir a representatividade das contribuições recebidas e o tempo necessário para analisar e consolidar as informações, os resultados alcançados refletem um avanço significativo na promoção do governo aberto em Goiás.

PROGRAMA DE COMPLIANCE PÚBLICO DO GOVERNO DE GOIÁS

Em 19 de fevereiro de 2019, foi instituído o Programa de *Compliance* Público do Poder Executivo do Estado de Goiás (PCP), por meio do Decreto nº 9.406/2019.

O PCP é definido como o conjunto de procedimentos e estruturas destinados a assegurar a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos. O PCP, cuja participação é obrigatória para os entes da administração direta e indireta, é composto por quatro eixos prioritários:

Eixo I - Ética

Eixo II - Transparência

Eixo III - Responsabilização

Eixo IV - Gestão de Riscos

O exercício de 2023 é marcado pela mudança de atuação frente às pastas, em que assessores e consultores da CGE deixaram de atuar diretamente e diariamente nos órgãos e entidades para melhor identificar seu papel de terceira linha de atuação e, especialmente, para que as pastas

tivessem maior liberdade e pertencimento na realização das atividades inerentes ao Programa de *Compliance* Público - PCP.

Essas nuances foram evidenciadas na Lei da Reforma, nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023, tendo culminado, inclusive no desmembramento da Gerência de Auditoria em *Compliance* em Gerência de Auditoria do Programa de *Compliance* Público e Gerência de Auditoria em Gestão de Riscos, no âmbito da CGE.

Tendo em vista a nova forma de atuação, buscou-se o fortalecimento da Secretarias Executivas/Escritórios de *Compliance*, como propulsores do PCP, no âmbito de cada órgão/entidade. Para tanto, houve realização de evento de divulgação de boas práticas, elaboração e disponibilização de Manual orientativo, realização de 3 oficinas sobre os critérios do Ranking, com cerca de 400 participantes, propiciando interface com os responsáveis pelas temáticas, bem como, esclarecimento de dúvidas; foram ofertadas 3 formações para membros das Secretarias Executivas/Escritórios de *Compliance* em parceria com EGOV, totalizando 79 capacitados.

Foram definidas e mantidas estratégias de comunicação e interface com a pastas participantes do Ranking por meio de: drive de perguntas e respostas para o Ranking 2023, inteligência artificial em formato de *chatbot* para sanar as principais dúvidas do Ranking do PCP 2023, drive contendo repositório de orientações sobre o Ranking 2023 e grupo de WhatsApp.

Ofertou-se ainda consultoria para melhorar o desempenho de uma pasta que historicamente apresentava baixa performance em rankings, alcançando resultados significativamente positivos. Anteriormente, o órgão registrava desempenhos abaixo da média no Índice de *Compliance*, com seu melhor resultado sendo 61,50 em 2021.

Em 2023, após a consultoria, o índice subiu para 78,44, superando tanto a média do grupo, que foi de 69,14, quanto a média geral de 73,48. O feedback recebido da Secretaria foi extremamente positivo, com 66% dos participantes avaliando a experiência como ótima e 34% como boa, refletindo uma taxa de satisfação total de 100%.

A tabela abaixo apresenta a evolução do Índice de *Compliance* Público (Índice de *Compliance* Geral — a média geral das notas obtidas nos diversos quesitos do Ranking, considerando os órgãos e entidades participantes), desde a primeira até a mais recente edição do Ranking.

A meta estipulada para o Índice *Compliance* em 2023 foi de 75%, e tendo em vista as inovações implementadas em 2023, as quais influenciam diretamente no referido Índice, não foi atingida integralmente, ficando um pouco abaixo (73,48 %). Todavia, da análise histórica, nota-se que, não obstante os desafios enfrentados, principalmente em decorrência da nova forma de atuação da CGE, a performance geral tem se mantido e o índice alcançado é considerado muito positivo para o Programa que permeia todo o poder executivo do Estado.

ÍNDICE COMPLIANCE PÚBLICO 2019-2023

Indicador do Programa	Ano	Meta (%)	Realizado (%)
ÍNDICE DE COMPLIANCE	2019	60,00%	61,83%
	2020	60,00%	71,91%
	2021	65,00%	77,12%
	2022	70,00%	73,39%
	2023	75,00%	73,48%

Desde a implementação do Programa de Compliance Público em 2019 até 2023, a administração estadual economizou aproximadamente R\$2,13 bilhões, tendo um custo operacional de R\$ 242,3 milhões, com a CGE, no mesmo período.

Seguem informações detalhadas por eixo do Programa.

I - ÉTICA

A Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO) aplicou o questionário sobre internalização do tema ética nos órgãos e entidades participantes do Ranking do Programa de Compliance Público - PCP, listados na Portaria nº 69, de 13/04/2023, publicada no Diário Oficial nº 24.023, de 18/04/2023.

O questionário foi respondido por **46.701 servidores**, 7.387 a mais do que no ano de 2022. Isso representa um acréscimo de 18,79% de servidores respondendo ao questionário.

Dentro do Eixo Ética ainda se destacam:

- 1097 servidores capacitados na Escola de Governo, no curso EaD “Ética no Serviço Público com Clóvis de Barros Filho”, com carga horária de 16 horas;
- produção de materiais educativos: Infográfico Código de Ética, História do Código de Ética e Boas Práticas na Produção de Código de Ética;
- 32 consultorias informais sobre Código de Ética;
- 25 palestras ministradas nas modalidades presencial e online, no período de agosto a novembro de 2023, com carga horária de 1 hora, com o tema Ética no Serviço Público, para: Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - EMATER; Associação Goiana de Municípios - AGM; Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás - GOIÁSPARCEIRAS; Controladoria-Geral do Estado - CGE; Corpo de Bombeiros Militar - CBM; Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN; Município de Nerópolis; Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA; Secretaria de Estado da Cultura - SECULT; Secretaria de Estado da Economia - ECONOMIA; Secretaria de Estado da Educação - SEDUC; Secretaria de Estado da Saúde - SES; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD; Tribunal de Contas dos Municípios - TCM e Vice-Governadoria - VG;
- 3 visitas técnicas com objetivo de identificar causa raiz de problemas correcionais no âmbito da Delegacia-Geral da Polícia Civil - DGPC, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD e Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP;
- Pré-lançamento da 1ª Cúpula Internacional de Ética no Setor Público. A cúpula envolverá especialistas e líderes do poder público de diversos países, que debaterão

temas que mais impactam a sociedade no presente e no futuro, por meio de discussões que têm como fundamento central a ética.

II - TRANSPARÊNCIA

O Governo de Goiás realizou durante o exercício de 2023 a 5ª edição do Prêmio Goiás Mais Transparente. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), participaram do prêmio todos os 51 órgãos e entidades que compõem a administração pública (direta e indireta) do Poder Executivo Estadual, que a cada ano investem em melhorias e em inovação nas suas páginas de acesso à informação.

Foram aplicadas metodologias elaboradas de acordo com as novas diretrizes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) somadas às exigências da legislação estadual que tratam sobre transparência pública em Goiás.

Em razão de particularidades decorrentes do regime jurídico das estatais, os entes avaliados foram divididos em duas categorias: I (órgãos, autarquias e fundações) e II (empresas públicas e sociedades de economia mista).

Em um novo formato, o prêmio contou com uma etapa de autoavaliação das páginas de acesso à informação para que os órgãos/entidades tivessem a oportunidade de assimilar as novas metodologias e realizar as atualizações e correções necessárias, antes das etapas de avaliação e ranqueamento final.

Outro destaque da 5ª edição foi o estabelecimento de níveis que foram contemplados com os selos de qualidade

em transparência pública: **Diamante (95% a 100%)**, **Ouro (85% a 94%)** e **Prata (75% a 84%)**, sendo obrigatório o cumprimento do requisito adicional de atendimento de 100% dos critérios essenciais para a certificação.



Mesmo com o acréscimo de critérios e itens que resultaram no aumento da dificuldade de pontuar, os resultados foram muito satisfatórios, fruto do comprometimento e aderência dos órgãos e entidades às metodologias aplicadas. Na Categoria I, 36 dos 38 entes avaliados conquistaram o selo Diamante, o que representa 94,74% do total. A Categoria II também teve um bom desempenho, com 69,23% classificados no nível Diamante (09 das 13 empresas).

Ao longo desses 5 anos o prêmio tem cumprido seus objetivos, principalmente o de possibilitar que a transparência seja um caminho para o fortalecimento do controle social, para a melhoria da gestão pública e ao combate à corrupção, como aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Estado à sociedade e não somente uma obrigação ou norma a ser cumprida.

Os avanços registrados ao longo das cinco edições são notáveis, consolidando Goiás entre os estados mais transparentes do Brasil, refletindo na disponibilização de

informações públicas cada vez mais confiáveis e acessíveis para a consulta dos nossos cidadãos.

Os resultados da 5ª Edição do Prêmio Goiás Mais Transparente podem ser consultados através do link: <https://transparencia.go.gov.br/4-edicao-do-premio-goias-mais-transparente/>



III - RESPONSABILIZAÇÃO

Termos de Ajustamento de Conduta

A CGE, por meio da Subcontroladoria do Sistema de Correição e Contas, alcançou o 2º lugar no Concurso de Boas Práticas Correcionais da Controladoria-Geral da União - CGU – exercício 2023, na categoria – “Demais entes federais, estaduais, municipais e distritais”. O concurso fomenta, reconhece e premia iniciativas desenvolvidas pelas unidades correcionais públicas que buscam melhorias nas apurações de responsabilidade e que inovam no combate à corrupção. Na categoria, concorreram mais 18 órgãos e entidades de todo o país.



A prática premiada constitui o Sistema de Controle de Procedimentos Administrativos Correcionais - Módulo TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), reunindo uma série de ferramentas destinadas à celebração “online” de acordos administrativo-disciplinares, bem como o acompanhamento e o gerenciamento de dados relacionados aos termos celebrados.

A premiação destaca a importância do reconhecimento da prática para o avanço e a consolidação dos instrumentos de resolução consensual de conflitos no Estado de Goiás, além de reconhecer o comprometimento e profissionalismo dos servidores que estiveram à frente do projeto. O módulo TAC constitui importante ferramenta de controle da atividade correcional, trazendo maior transparência e celeridade nos acordos celebrados.

82

Termos de Ajustamento de Conduta – TAC’s

economia potencial de
R\$ 17.200.000,00

No tocante à atividade correcional, por meio do Ranking do PCP, foram celebrados **82 Termos de Ajustamento de Conduta – TAC’s**, um aumento de 90,70%, quando comparado com o ano de 2022 (Anexo A). Importante ressaltar que no período de 2020 a 2023 foram celebrados 172 TAC’s, que geraram a **economia potencial de R\$ 17.200.000,00**.

Ainda em relação ao Ranking do PCP, foram realizados 3 workshops com o tema TAC, visando ao aprimoramento de conduta e à obtenção de melhores resultados na área de resolução consensual de conflitos, que resultaram na capacitação de 180 servidores.

Termo Circunstanciado Administrativo – TCA

No que se refere à nova ferramenta de resolução consensual de conflitos evidenciam-se:

- Regulamentação do TCA, por meio da publicação da Instrução Normativa nº 02/2023 – CGE;
- Conclusão dos ajustes finos do módulo TCA no Sistema de Controle de Procedimentos Administrativos Correcionais – SISPAAC;
- Apresentação, em parceria com a Subsecretaria de Logística e Patrimônio da Secretaria de Estado da Administração – SEAD, do TCA aos coordenadores de patrimônio dos órgãos públicos do Estado, responsáveis pela operacionalização do Termo.

Responsabilização de entes privados

Foram capacitados **401** servidores na Escola de Governo, no curso “**Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoas Jurídicas – Assíncrono – EaD**”, com carga horária de 30 horas.

Foi analisada a minuta que regulamentará a formalização e execução dos contratos administrativos, nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás, mais especificamente o Capítulo

VIII – Dos Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias e Título IV – Do Regime Sancionatório.

Foram elaborados **4 relatórios finais em processos administrativos de responsabilização de organização social**.

Responsabilização de entes públicos

Em busca de inovação e aperfeiçoamento na condução e nos controles de procedimentos correcionais, houve o lançamento do novo módulo de Sindicância no SISPAAC, que passou a possibilitar a criação de relatórios gerenciais e interação com o Sistema de Recursos Humanos do Estado de Goiás - RHNet e o Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Nesse contexto, houve também a conclusão das fases de instauração e instrução do módulo Processo Administrativo Disciplinar - PAD no SISPAAC.

Foram capacitados na Escola de Governo **430 servidores no curso “Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – Assíncrono – EaD”**, com carga horária de 20 horas; e 137 servidores, no curso presencial “Sistema de Controle de Procedimentos Correcionais - SISPAAC - Módulo Sindicância”, com carga horária de 4 horas (Anexo A).

Foram realizadas 8 palestras em órgãos e entidades, sendo:

4 no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN acerca dos temas “Conceitos e Condutas Administrativas” e “Assédio Moral e Sexual”, com carga horária total de 5h;

1 no Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de Goiás – IPASGO sobre “Sindicância”, com carga horária de 2h;

1 na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD sobre “Responsabilização no Âmbito da Gestão de Contratos”, com carga horária de 1h;

1 para o Programa de *Compliance* Público Municipal – PCM sobre “Responsabilização”, com carga horária de 1h; e 1 na Escola Superior do Ministério Público – ESUMP sobre “Responsabilização de Agentes Públicos”, com carga horária de 2h.

Foi realizada análise por *machine learning* de política de prevenção de transgressões de 13.483 processos com mais de 500.000 dados do SISPA.

Foram realizadas 420 análises e monitoramentos de Processos Administrativos Disciplinares - PAD's e Sindicâncias.

Houve, ainda, a conclusão de Processo Administrativo Disciplinar - PAD avocado, com responsabilização de servidor e aplicação de penalidade.

Consultorias e Visitas Técnicas

Foram realizados no exercício:

- 200 consultas informais sobre resolução de conflitos;
- 5 visitas técnicas às unidades correccionais da Agência Goiana de Defesa Agropecuária – AGRODEFESA;

Corregedoria da Polícia Militar; Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS e Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços – SIC, com o propósito de orientar sobre as regras do TAC e como celebrar o acordo na prática;

- 778 consultorias informais e formais sobre responsabilização de entes privados e agentes públicos e Tomada de Contas Especial;
- 8 visitas técnicas com objetivo de identificar a causa raiz de problemas correccionais no âmbito da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás – CODEGO, Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO, Secretaria de Estado da Administração – SEAD, Secretaria de Estado da Saúde – SES, Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP e Vice-Governadoria – VG;
- Uso o protótipo *Chatbot*, entregue pelo Laboratório de Inovação Goiás – LIGO, de consultoria informal sobre o Sistema de Correição - SISCOR e suporte ao SISPA;
- 5 elaborações e análises das minutas da Lei 20.756, da Lei 15.503, da Lei 13.019 e do Decreto 14.133.

Dentro do Eixo III, escopo atividade correccional, ainda se destacam:

- A realização do **5º Encontro das Corregedorias do Poder Executivo de Goiás**, no dia 9 de novembro 2023, no auditório da Associação Goiana do Ministério Público - AGMP. Servidores das unidades e das comissões responsáveis pelas atividades de Correição dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Executivo Estadual, além das empresas públicas e sociedades de economia mista reuniram-se

visando a troca de experiências para humanizar cada vez mais a atividade correccional, no sentido de buscar a causa raiz dos problemas e mitigar os impactos que esses processos disciplinares causam na vida das pessoas.

O evento abordou questões atuais ligadas à atividade correccional, tais como resolução consensual de conflitos, Lei Anticorrupção, assédio moral e sexual, inteligência artificial nos sistemas correccionais, admissibilidade na atividade correccional e novidades do TCA; e contou com a participação de cerca de 200 servidores.

- Lançamento da comunidade “Portal das Corregedorias”, no app *WhatsApp*, com 210 membros.

IV - GESTÃO DE RISCOS

A consultoria foi realizada em 44 órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado de Goiás. As fases da consultoria incluíram: **a formação de Comitês Setoriais de Compliance; a emissão de Portarias de Política de Gestão de Riscos; a definição de Matrizes de Riscos; a criação de Planos de Ação para a implementação de ações de controle baseadas em critérios de risco previamente definidos; a elaboração de Planos de Comunicação de Riscos; a elaboração de relatórios para o gerenciamento de riscos e o monitoramento das ações de controle implementadas.**

O Sistema *Smartsheet*, uma plataforma de gerenciamento de trabalho disponível a todos os órgãos/entidades que permite a execução de tarefas de forma colaborativa, acessível via web e organizado em formato de planilhas, foi utilizada para desenvolver matrizes de risco e planos de ação específicos,

além de permitir o monitoramento contínuo da evolução no gerenciamento de riscos. Oferece ainda recursos para a criação de painéis informativos, proporcionando aos gestores a tomada de decisões estratégicas.

Em 2019, 21 órgãos e entidades receberam a consultoria da CGE. O trabalho inicial de análise e gestão de riscos em cada pasta envolveu, no mínimo, as áreas de licitação, folha de pagamento e fiscalização de execução contratual.

Em 2020, foram incluídos 17 órgãos e entidades, totalizando 38 pastas que contaram com a consultoria da CGE. Neste ano, a CGE também fomentou a criação das Secretarias Executivas (ou Escritórios de *Compliance*) nos órgãos, para exercerem atividades de 2ª linha, ou seja, apoiar os proprietários de riscos no gerenciamento de seus riscos, e ser a ligação entre estes e o Comitê Setorial (Alta Gestão).

Em 2021, houve a expansão da gestão de riscos para 45 órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. Nesse mesmo ano, foi implementado um modelo de monitoramento contínuo do gerenciamento de riscos. Esse monitoramento teve como objetivo emitir recomendações que visam melhorar a maturidade em gestão de riscos das pastas, bem como acompanhar a implementação das recomendações emitidas nas Auditorias Baseadas em Riscos (ABRs).

Em 2022, a consultoria nos órgãos foi mantida, com expansão do escopo da gestão de riscos para os processos/áreas finalísticas, além de fornecer apoio na execução dos projetos prioritários e estratégicos de governo. Ao longo do ano, a CGE também promoveu oficinas de capacitação às Secretarias Executivas das pastas, no intuito de fortalecer

e transferir conhecimento para que elas exerçam as atividades de 2ª linha para a qual foram criadas na administração pública estadual, função que deve ser da própria organização.

Em 2023, como já planejado inicialmente, a Controladoria proporcionou uma maior independência das pastas quanto à gestão dos seus riscos. Houve o afastamento da consultoria direta prestada pelos Consultores e Assessores de Controle Interno da CGE, simultaneamente à capacitação e fortalecimento dos Escritórios de Compliance ou Secretarias Executivas das pastas.

A consultoria da CGE continuou a ser prestada, entretanto de modo mais pontual, conforme a necessidade de cada pasta. Houve expansão da gestão de riscos nas instituições do Poder Executivo, por meio da identificação de riscos dos projetos decorrentes das metas estabelecidas pelo GEPI (Grupo Especial de Planejamento e Inovação) e ainda identificação de riscos fiscais.

Ranking do Programa de Compliance Público de Goiás

O Ranking de *Compliance* Público vem se consolidando como importante instrumento de medição de ações pertinentes aos 4 eixos do Programa *Compliance*, bem como, de busca por boas práticas de governança. Tendo sido editada a Portaria Nº 69, de 13 de abril de 2023, com alterações introduzidas pela Portaria Nº 92, de 12 de junho de 2023, para compor o regramento a ser seguido pelos órgãos e entidades participantes (disponíveis em [Rankings do PCP – Critérios Anuais](#)).

Em 2023, foram inseridas inovações na Portaria do Ranking, tais como: classificação por temática, acréscimo de itens pertinentes ao Planejamento Estratégico, Metas GEPI, Matriz de Riscos Fiscais, Plano de Contratação Anual – PCA.

Quanto à forma de divulgação e apuração dos resultados do Ranking, destacam-se as seguintes inovações: disponibilização da pontuação até o 6º colocado e a possibilidade de visualização detalhada, ainda que passível de aprimoramentos, da apuração/pontuação dos quesitos, no Power BI, pelos órgãos e entidades participantes.

Na 5ª edição do Ranking do PCP, ocorrida em 2023, participaram 44 órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, divididos em três grupos, de acordo com o número de servidores. Tendo sido premiados os três mais bem colocados de cada grupo. Os destaques foram para Polícia Civil – DGPC, Agência Goiana de Defesa Agropecuária – AGRODEFESA e Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás – GOIÁS PARCERIAS.

Grupo 3 (mais de 1050 servidores)

1º lugar – Polícia Civil (DGPC)

2º lugar – Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)

3º lugar – Polícia Militar (PM)

Grupo 2 (de 251 a até 1000 servidores)

1º lugar – Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA)

2º lugar – Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER)

3º lugar – Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA)



Grupo 1 (até 250 servidores)

1º lugar – (GOIÁS PARCERIAS)

2º lugar – (AGEHAB)

3º lugar – (FAPEG)

Mesmo não participando da competição, por ser a organizadora do Ranking do PCP, a CGE foi avaliada como os demais órgãos, atingindo 85,73% dos quesitos avaliados, o que daria à CGE o 4º lugar do Grupo 1. Tal resultado é considerado muito positivo, tendo em vista a ampla reestruturação das atividades, no âmbito da Controladoria, no referido ano.



4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E PATRIMONIAIS

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE) executa seu orçamento na Unidade Orçamentária 1501 – Gabinete do Secretário Chefe da Controladoria-Geral do Estado.

Unidade Orçamentária

Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias (art. 14 da Lei nº 4.320/1964).

O Orçamento Geral do Estado de Goiás para o ano de 2023 foi publicado no Diário Oficial / GO nº 23.949 do dia 29 de dezembro de 2022, com a previsão orçamentária para a Controladoria-Geral do Estado, no total de R\$ 62.005.000,00 (sessenta e dois milhões e cinco mil reais).

No exercício de 2023, foram necessárias a abertura de créditos suplementares e especiais, que representaram um acréscimo de 8% ao valor inicialmente orçado, para reforço de dotação das despesas de pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes. Os créditos adicionais especiais, que por sua natureza exigem uma autorização legislativa, foram aprovados pela Lei nº 22.357/2023, destinados a despesas não previstas para esta CGE quando da elaboração do orçamento.

Do total de despesa autorizada, ao final do exercício de 2023, executamos 94% e restou um saldo orçamentário 6% que não foram executadas, por limitações de gastos impostas para encerramento do exercício.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO DA CGE

Cinco últimos exercícios	2019	2020	2021	2022	2023
Valor Orçado (Dotação Inicial)	47.910.000,00	52.475.000,00	50.695.000,00	50.510.000,00	62.005.000,00
Créditos Suplementares (-) Reduções	7.833.711,45	- 1.379.530,15	471.347,08	9.232.968,91	4.673.344,99
Créditos Especiais	-	-	-	370.000,00	426.882,01
Total despesa autorizada (Atualizada)	55.743.711,45	51.095.469,85	51.166.347,08	60.112.968,71	67.105.227,00
% Acréscimos ao orçamento inicial (Dotação Adicional)	16%	-3%	1%	19%	8%
Total despesa empenhada	54.999.257,81	49.915.952,98	50.317.741,28	58.009.491,09	62.995.011,65
%orçamento executado	99%	98%	98%	97%	94%

Fonte: demonstrativo contábil Balanço Orçamentário - emitido no Sistema de Contabilidade Geral - SCG

Créditos Adicionais

Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Conforme o art. 41 da Lei nº 4.320/1964, os créditos adicionais são classificados em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Recursos financeiros da CGE

A CGE, por sua natureza de atividade, não possui receitas, sendo suas despesas executadas com recursos financeiros transferidos mensalmente pelo Tesouro Estadual, tendo por base o valor das despesas fixadas no orçamento.

Toda movimentação de recursos da CGE está centralizada na Conta Única do Estado, sendo individualizados e controlados por meio de contas escriturais no Sistema de Contabilidade Geral do Estado – SCG.

Despesas da CGE

A maior concentração de despesas pagas anualmente pela CGE refere-se à folha de pagamento de seus servidores (Pessoal e Encargos Sociais), o que é totalmente coerente com as atividades desenvolvidas pela Pasta.

As despesas classificadas como Outras Despesas Correntes e Investimentos referem-se a pagamentos de fornecedores de bens e serviços necessários ao desempenho das atividades, tais como, passagens, hospedagens, diárias, telefonia, combustíveis, serviços gráficos, serviços de impressão, gêneros alimentícios, aquisições de bens móveis, aquisição de softwares, entre outros.

Grupo de natureza da despesa

- 1 – Pessoal e Encargos Sociais
- 2 – Juros e Encargos da Dívida
- 3 – Outras Despesas Correntes
- 4 – Investimentos
- 5 – Inversões Financeiras
- 6 – Amortização da Dívida

Na execução da despesa por estrutura programática, apenas os gastos com pagamento de fornecedores são alocados diretamente nos programas finalísticos e de gestão, enquanto que os gastos com pessoal são alocados em programa específico (Folha de Pagamento dos Servidores Públicos). Contudo, os gastos com a folha de pagamentos, relacionam-se diretamente aos programas executados, sejam finalísticos ou de gestão.

Classificação por Estrutura Programática: Toda ação do Governo está estruturada em **programas e ações** orientados para realização dos objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual (PPA) para o período de quatro anos.

As despesas do programa Folha de Pagamento dos Servidores Públicos são executadas no Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais, com exceção de algumas despesas que são executadas

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DA CGE POR GRUPOS DE NATUREZA DA DESPESA

Cinco últimos exercícios	2019	2020	2021	2022	2023
1- Pessoal e Encargos Sociais	53.813.326,00	48.841.270,27	48.487.348,27	56.432.358,72	60.454.192,74
3 - Outras Despesas Correntes	1.093.884,73	1.012.083,71	1.534.013,01	1.570.205,12	1.970.741,06
4 - Investimentos	92.047,08	62.599,00	296.380,00	6.927,25	570.077,85
Total empenhado	54.999.257,81	49.915.952,98	50.317.741,28	58.009.491,09	62.995.011,65
Maior percentual de despesa - Pessoal e Encargos Sociais	98%	98%	96%	97%	96%

Fonte: demonstrativo contábil Balanço Orçamentário - emitido no Sistema de Contabilidade Geral - SCG



no **Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais**, com exceção de algumas despesas que são executadas no **Grupo 3 – Despesas Correntes**. São elas: Auxílio funeral; auxílio alimentação; auxílio transporte; contribuições ao Fundo de Capacitação do Servidor Público e contribuições para o Credeq e Fedro.

O que são Contribuições para o CREDEQ e FEDRO?

São contribuições incidentes nos Consignados (empréstimos de instituições financeiras à servidores públicos).

CREDEQ: Centro de Recuperação de Dependentes Químicos

FEDRO: Fundo Especial de Enfrentamento às Drogas

Fonte: Lei 16.898/2010 Lei dos consignados.

Observa-se um aumento das despesas nos últimos dois anos, decorrentes de correções da inflação, ajustes salariais, chegada de novos servidores e, o mais importante, maior carga de trabalho, com expressivo aumento das entregas, a partir da adoção de melhores metodologias na consecução das atividades-fim desta CGE.

Com relação ao novo programa, criado em 2023 – Encargos Especiais, são para empenho das Requisições de Pequeno

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DA CGE POR ESTRUTURA PROGRAMÁTICA (PPA 2020-2023)

Quatro últimos exercícios	2020	2021	2022	2023
Gestão e Manutenção	377.114,57	893.060,42	598.898,02	962.720,39
Compliance Público	161.192,48	129.482,16	279.648,61	379.591,95
Participação e controle Social	295.000,00	384.695,40	474.995,51	570.885,55
Folha de Pagamento dos Servidores Públicos	49.082.645,93	48.910.503,30	56.655.948,95	61.069.484,35
Encargos Especiais	-	-	-	12.329,41
Total empenhado	54.999.257,81	49.915.952,98	50.317.741,28	58.009.491,09

Fonte: demonstrativo contábil Anexo 09 A da Lei 4.320/64 - emitido pelo Sistema de Contabilidade Geral - SCG

Valor – RPV, despesas estas relacionadas a folha de pagamento.

No contexto do serviço público, especialmente em uma Secretaria de Estado, o equilíbrio entre gastos e planejamento é um ponto crucial.

O equilíbrio orçamentário refere-se à capacidade de uma entidade pública (como uma secretaria de estado) de gastar dentro dos limites orçamentários estabelecidos. É importante que os gestores públicos cumpram o orçamento planejado e evitem déficits (quando as despesas superam as receitas) ou superávits excessivos (quando há excedente significativo).

Gastar quase tudo o que foi planejado demonstra que a CGE está cumprindo suas obrigações, atendendo às necessidades da população e, demonstrando uma gestão responsável e eficaz.

Ressalta-se que a CGE está em dia com suas contas, não restando restos a pagar, visto que todos foram pagos ou cancelados no início do exercício seguinte.



Existe um jeito fácil, simples e divertido de conhecer o Orçamento Público. Divulgamos aqui uma série de animação Orçamento Fácil, desenvolvida pelo Senado Federal. Acesse e saiba mais.

 **Leia o QR Code**

Ou acesse por meio do [link](#)



INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Por receber recursos apenas para pagamento de suas despesas, o bom desempenho financeiro consiste em gerir bem os recursos recebidos.

Encerramos o ano de 2023 com recursos em caixa no valor exato para pagamento dos restos a pagar de 2023, que podem ser visualizados no capítulo das informações orçamentárias.

O resultado financeiro ao longo desses últimos 5 anos evidencia um equilíbrio financeiro, ocorrendo variações mínimas influenciadas pelo cronograma de repasses financeiros do Tesouro Estadual, para pagamento de nossas despesas.

INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS

A CGE não possui imóveis sob sua responsabilidade. Como órgão público do poder executivo estadual, tem suas instalações (sede) no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, não necessitando pagar aluguel, nem despesas de água, energia, limpeza e manutenção predial, despesas estas que estão a cargo da Administração do Palácio.

Os Ativos da CGE em sua maioria estão registrados em contas de imobilizado (bens móveis) e intangível (softwares). Os Passivos se referem a provisão de férias dos servidores.

RESULTADO FINANCEIRO

Cinco últimos exercícios	2019	2020	2021	2022	2023
Receitas Orçamentárias	-	95.000,00	9.000,00	26.801,41	5.279,50
(+) Transferências Financeiras Recebidas	55.961.829,47	50.064.869,11	49.869.630,31	58.333.570,72	62.989.732,15
(+) Recebimentos Extraorçamentários	257.190,29	135.364,29	507.513,70	44.468,96	172.186,76
(+) Despesa Orçamentária	54.999.257,81	49.915.952,98	50.317.741,28	58.009.491,09	62.995.011,65
(+) Transferências Financeiras Concebidas	26.062,38	169.124,69	-	50.952,94	16.052,76
(+) Pagamentos Extraorçamentários	1.209.201,80	210.155,73	68.402,73	299.928,10	28.416,20
(=) Resultado Financeiro do Exercício	- 15.502,23	0.00	0.00	44.468,96	127.717,80

Fonte: demonstrativos contábeis - Balanços Financeiros anuais emitidos no Sistema de Contabilidade Geral - SCG

COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS

Cinco últimos exercícios	2019	2020	2021	2022	2023
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	44.468,96	172.186,76
Créditos a curto prazo	3.688,67	20.606,67	20.606,67	20.606,67	20.606,67
Estoques	44.593,53	23.313,96	17.695,44	19.324,59	18.613,39
Créditos a longo prazo	20.000,00	-	-	-	-
Imobilizado (bens imóveis)	616.884,78	760.738,33	950.085,75	1.106.388,03	988.485,52
Intangível (softwares)	-	-	-	-	1.838.813,81
Soma dos Ativos	685.166,98	804.658,96	988.387,86	1.190.788,25	3.038.706,15

Fonte: demonstrativos contábeis - Balanços Patrimoniais anuais emitidos no Sistema de Contabilidade Geral - SCG

COMPOSIÇÃO DOS PASSIVOS

Cinco últimos exercícios	2019	2020	2021	2022	2023
Pessoal a pagar	8.493,49	50.151,62	5.599,94	57.230,73	1.141.928,54
Fornecedores a pagar*	8.664,19	-	-	18.656,47	3,10
Soma dos Passivos	17.157,68	50.151,62	5.599,94	75.887,20	1.141.931,64

Fonte: demonstrativos contábeis - Balanços Patrimoniais anuais emitidos no Sistema de Contabilidade Geral - SCG

*Valores de Fornecedores a pagar evidenciados no Balanço Patrimonial se referem aquelas obrigações com fornecedores que passaram sem empenho de um exercício para outro.

Os trabalhos desenvolvidos pela gestão patrimonial da CGE (bens móveis e softwares), seguem todos os preceitos estabelecidos pela Superintendência de Patrimônio da Secretaria de Administração (SEAD), a quem compete a administração do patrimônio do Estado. Todos os bens móveis que a CGE possui estão registrados no Sistema de Gestão de Patrimônio Mobiliário (SPM).

Em 2023 a CGE instituiu a Comissão de Avaliação de Bens Intangíveis (portaria nº 161/2023-CGE) e foram identificados e definidos como INTANGÍVEIS 4 softwares de desenvolvimento próprio nesta Controladoria e 1 com aquisição no modelo de licença de uso.

Ativos: São as contas representativos dos bens e direitos da entidade

Passivos: São as contas representativas das obrigações da entidade

Patrimônio Líquido: É o valor residual das atividades da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) desta Controladoria-Geral do Estado foram

PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CGE

Cinco últimos exercícios	2019	2020	2021	2022	2023
Soma dos Ativos	685.166,98	804.658,96	988.387,86	1.190.788,25	3.038.706,15
Soma dos Passivos	17.157,68	50.151,62	5.599,94	75.887,20	1.141.931,64
Patrimônio Líquido	668.009,30	754.507,34	982.787,92	1.114.901,05	1.896.774,51

Fonte: demonstrativos contábeis - Balanços Patrimoniais anuais emitidos no Sistema de Contabilidade Geral - SCG


extraídas do Sistema de Contabilidade Geral do Estado de Goiás (SCG), cuja gestão encontra-se sob responsabilidade da Superintendência Contábil da Secretaria de Estado da Economia, nos termos do inciso XIV do art. 5º do Decreto Estadual nº 9.069, de 10 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 19.550, de 15 de dezembro de 2016.

Estão de acordo com as regras estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 9ª Edição e demais normativos contábeis expedidos pela Superintendência Central de Contabilidade da Secretaria da Economia, que atua como órgão central de Contabilidade do Estado de Goiás, sendo responsável pela normatização contábil, consolidação das contas anuais e gestão do Serviço de Contabilidade do Estado.

A Lei nº 4.320/1964 dispõe sobre as demonstrações contábeis em seus artigos 101 a 106 e apresenta a estrutura para tais demonstrativos em seus anexos. Ressaltamos que a referida lei ainda está em vigência, sendo alterado apenas os seus anexos pela Portaria STN nº 438/2012, de forma que os Demonstrativos Contábeis apresentem informações não apenas com o viés orçamentário e sim com todos os fatos contábeis ocorridos na administração pública.


As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) da CGE estão publicadas no site da CGE.

<https://goias.gov.br/controladoria/prestacoes-de-contas-da-cge-ao-tribunal-de-contas-do-estado-tce-e-a-sociedade/>

 **Leia o QR Code**



Goiás alcançou o 1º lugar no Prêmio Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, representando uma conquista para todos os contadores públicos do Estado

 Clique e acesse a matéria completa

5. OUTROS TEMAS RELEVANTES



GESTÃO DE PESSOAS

Na CGE, os servidores são fundamentais para o sucesso das estratégias e alcance de resultados pela sua qualificação, ética, profissionalismo e espírito público, sendo inspirado a superar obstáculos, conquistar novos patamares de excelência em sua atuação e adotar o acolhimento como prática e atitude de respeito na prestação de serviços públicos às pessoas.

Quadro de Pessoal da CGE

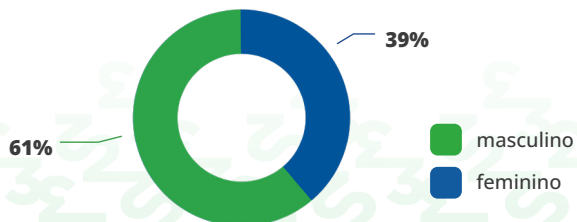
151 Gestores de Finanças e Controle na ativa, sendo 102 lotados na CGE

78 servidores de cargos diversos

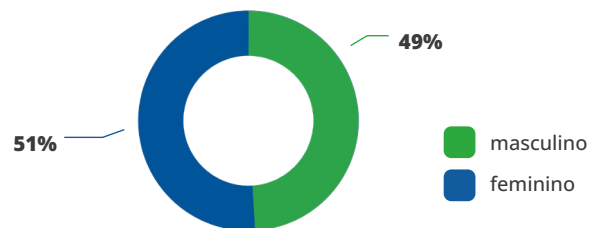
Apresentamos as informações por Gênero e por Escolaridade, dos membros ocupantes dos cargos das estruturas básica e complementar.

Cargos por Gênero (2023):

Estrutura Básica:

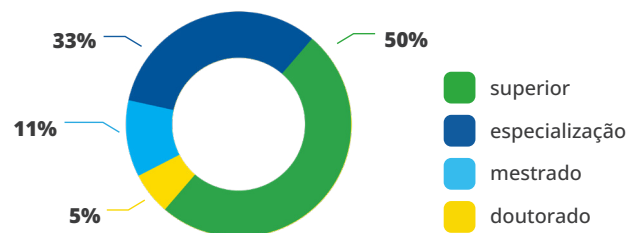


Estrutura Complementar:

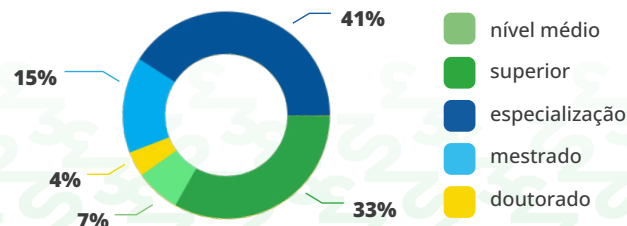


Escolaridade por Cargos (2023):

Estrutura Básica:



Estrutura Complementar:



A CGE possui dois objetivos estratégicos voltados a Gestão de Pessoas. São eles: Implantar a Gestão por Competências na organização e Promover Integração e Qualidade de Vida no Trabalho.

Gestão por Competências

Em 2023, a Gestão por Competências ficou a cargo da Gerência da Equipe Técnica.

Promoção da Integração e da Qualidade de Vida no Trabalho

A área de Gestão de Pessoas, conta desde 2019, com o Projeto Integra CGE, que é um conjunto de ações que se destinam à capacitação e ao bem-estar de seus servidores.



Destinamos aos nossos servidores o Espaço ENTRE, que é naturalmente um convite para nos achegarmos e conversamos sobre assuntos que extrapolem a imediatez de nossas rotinas de trabalho, para ampliarmos nossos horizontes compartilhando saberes e experiências, para aliviarmos a tensão e recarregarmos as baterias. A criação desse espaço resulta de uma compreensão do servidor público como sujeito suscetível ao ecossistema que integra.

Assim, ao trazermos um pouco de leveza e descontração para o ambiente onde passamos a maior parte de nossos dias, entendemos estar contribuindo com a qualidade de vida do servidor e consequentemente com a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Em 2023, realizamos diversos eventos celebrando datas comemorativas: Dia das Mães, Festa Junina, Dia Dos Pais, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Dia do Servidor Público, etc. A CGE realizou também a festa junina, no dia 30/06/2023.



Festa Junina CGE: realizada no Centro Cultural Martim Cererê no dia 30/06/2023.



A programação começou com homenagens às mães colaboradoras da CGE-GO. Em seguida, a atração principal foi uma apresentação com a cantora Letícia Yohanne, Murilo, na bateria, e Hermano, ao violão, com canções cuidadosamente selecionadas para a data que emocionaram a todos.

O evento foi encerrado com um delicioso café da manhã.



O Integra realizou, na manhã do dia 11/08/23, um café especial do dia dos pais para os papais da CGE. Foi realizada uma apresentação musical com o Sargento do Corpo Musical da PM, Hanslike. Tivemos também, um belo vídeo dos filhos enviando uma mensagem aos papais. Encerramos com um delicioso café da manhã.



Setembro Amarelo

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Controladoria-Geral do Estado (CGE) e equipe do Integra CGE promoveram nesta sexta-feira (15), no Auditório Mauro Borges, mais uma atividade alusiva ao Setembro Amarelo, campanha de conscientização e prevenção ao suicídio.

Foi oferecido uma palestra com a neuropsicóloga e coordenadora do curso de Psicologia da Unicumbury, Valquíria César Valadão, para os servidores das três pastas.



Outubro Rosa

Foi realizada a foto com os colaboradores da CGE vestidos de rosa e foi entregue uma lembrancinha como sinal de conscientização da data.

Em setembro realizamos uma Pesquisa de Clima Organizacional na CGE, que contou com a participação de 139 servidores (de 181 possíveis).

Foram medidos sete indicadores: infraestrutura e condições de trabalho, apoio e valorização do servidor; relacionamento com o grupo; liderança; capacitação e integração; comunicação; e satisfação no trabalho.

Os índices foram considerados positivos, apontando 76% de satisfação em trabalhar na CGE.

PREMIAÇÕES

27º Concurso de Inovação no Setor Público da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)



A Controladoria-Geral do Estado de Goiás participou do 27º Concurso de Inovação no Setor Público, uma iniciativa da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Este concurso é reconhecido por destacar e premiar as práticas inovadoras no setor público, especialmente aquelas que promovem a modernização e a eficiência na administração pública em todo o país.

Dentre os mais de 100 projetos apresentados tanto em nível nacional quanto subnacional, a Controladoria-Geral do Estado de Goiás alcançou o primeiro lugar com o “Programa de Compliance Público Estadual e Municipal do Estado de Goiás”.

Este prêmio reconhece a capacidade inovadora do Programa em modernizar e elevar a eficiência administrativa, evidenciando o valor público gerado através do fortalecimento da transparência, da ética e da eficiência na administração dos recursos públicos. A conquista sublinha ainda o impacto positivo do programa na melhoria das práticas de gestão pública, consolidando o compromisso do Estado de Goiás com padrões elevados de governança.

Controladoria-Geral de Goiás fica em segundo lugar em Concurso de Boas Práticas Correcionais da CGU

Última Atualização em 22 de novembro de 2023
Categoria Notícias



[Clique e acesse a matéria completa](#)

Estudantes de Atitude é campeão em prêmio do Consórcio Brasil Central

Última Atualização em 23 de janeiro de 2024
Categoria Notícias



[Clique e acesse a matéria completa](#)

EVENTOS REALIZADOS

A Gerência de Auditoria do Programa de Compliance Público e a Gerência de Auditoria em Gestão de Riscos realizaram, em parceria, os seguintes eventos:

1. Evento de Integração com as Secretarias Executivas (realizado presencialmente na E-GOV, em 26/04/23)

O evento de Integração com as Secretarias Executivas promoveu um importante valor público ao fortalecer o Programa de *Compliance* Público entre os órgãos governamentais. Esse evento resultou ainda em uma maior segurança operacional e fortalecimento das Secretarias Executivas e Escritórios de *Compliance*, o que otimizou a eficácia e a integridade na administração pública, além de beneficiar a sociedade por meio da promoção de uma gestão mais transparente, responsável e eficiente.

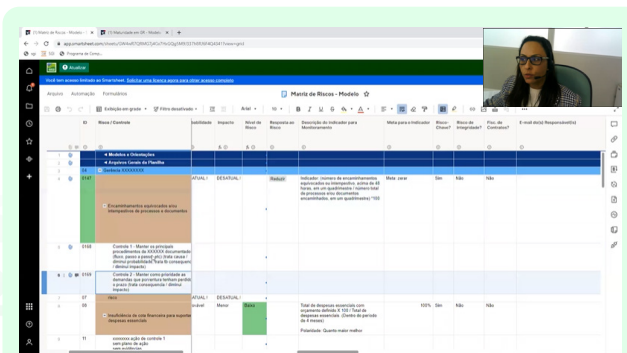
2. Formação para membros das Secretarias Executivas/Escritórios de *Compliance* (até setembro/2023, 3 formações presenciais na E-GOV)

A capacitação direcionada aos membros das Secretarias Executivas/Escritórios de *Compliance* gerou valor público ao qualificar 79 servidores estaduais em estratégias que aprimoram o Programa de *Compliance* Público. Este treinamento promoveu também uma maior autonomia dos órgãos e entidades na gestão de seus riscos (identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento, análise crítica, comunicação e consulta) e reforçaram o papel das Secretarias Executivas/Escritórios de *Compliance*,

resultando em avanços significativos na governança pública por meio de uma gestão mais coesa, responsável e eficiente, beneficiando, assim, toda a sociedade.



3. Oficinas temáticas sobre os critérios do Ranking PCP 2023 (3 oficinas online nos dias 12, 23 e 25/05/23)



As oficinas temáticas, tendo o engajamento de cerca de 400 participantes de diversos órgãos e entidades, geraram significativo valor público ao esclarecer dúvidas e detalhar a importância de cada quesito do Ranking PCP 2023 na composição do Programa. Tais iniciativas não só melhoraram o entendimento dos critérios avaliados, mas também facilitaram a interação direta dos membros das Secretarias Executivas/Escritórios de *Compliance* com os responsáveis pelos eixos do Programa, para o esclarecimento de dúvidas e alinhamento dos objetivos. Como consequência, esses eventos beneficiam a sociedade ao promover uma administração pública mais transparente, eficiente e alinhada com as melhores práticas de governança.

Parceiros na realização do evento: **CGE** - Subcontroladoria do Sistema de Correição e Contas, Auditoria-Chefe Interna Especializada em Orçamento e Finanças, Gerência de Aprimoramento de Conduta e Solução de Conflitos, Gerência de Auditoria em Gestão de Riscos, Gerência de Transparência Institucional, Gerência de Auditoria de Monitoramento, Gerência de Ouvidoria. **ECONOMIA** – Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento. **SEAD** – Superintendência Central de Compras e Contratos.

4. Evento de premiação do 5º Ranking do Programa de *Compliance* Público 2023 (evento presencial, no auditório do TRT, em 06/12/23)

O 5º Ranking do Programa de *Compliance* Público 2023 gerou valor público significativo ao reconhecer e premiar órgãos e entidades e Secretarias Executivas/Escritórios

de *Compliance* que demonstraram excelência em conformidade e governança. Por meio dessa celebração, o evento incentivou a contínua adesão aos princípios de compliance, resultando em uma administração mais transparente, ética e eficiente, beneficiando assim a sociedade por meio do aprimoramento da gestão pública.



O evento contou com a presença de centenas de envolvidos no Programa (Secretários, Chefes, Subcomandantes, Presidentes, Diretores, Gerentes, Assessores, Coordenadores, dentre outros); reconhecimento público dos esforços empreendidos pelos órgãos / entidades que alcançaram melhor colocação; reconhecimento e fortalecimento da atuação das Secretarias Executivas/ Escritórios de *Compliance*; reconhecimento de esforço empreendido por Secretaria que, historicamente, figurava abaixo da média do Índice de Compliance mas que, com o apoio de consultoria especializada oferecida pela CGE, foi um dos órgãos que mais se destacou no Ranking PCP 2023 (saiu da 11ª posição em 2022 e alcançou o 4º lugar no Grupo 2 em 2023).

A Controladoria-Geral do Estado com apoio da Subcontroladoria de Auditoria Interna e Controle promoveu o seguinte evento:

5. V Semana Internacional Contra a Corrupção

A V Semana Internacional Contra a Corrupção foi realizada entre os dias 04 e 08 de dezembro de 2023, marcando um período significativo de atividades voltadas à promoção de valores essenciais para a integridade da administração pública e da sociedade como um todo. Este evento destacou-se por uma agenda, focada na transparência, na participação cidadã, na ética, na responsabilidade, na cidadania, além da fiscalização e da gestão eficiente, todos direcionados para o fortalecimento do combate à corrupção no âmbito da administração pública goiana.



O valor público gerado por esse evento transcende a sua realização, atuando como um poderoso instrumento de conscientização. Ele enfatiza a importância da ética e do combate à corrupção, ressaltando o papel fundamental que cada indivíduo e instituição desempenham na construção de uma sociedade mais justa e transparente. Através de suas atividades, a Semana Internacional Contra a Corrupção reforça o compromisso com a integridade, incentivando a adoção de práticas que garantam a responsabilidade e a gestão eficaz na administração pública, contribuindo assim para o bem-estar coletivo e o desenvolvimento sustentável.

CARTA DE SERVIÇOS

A Carta de Serviços da CGE apresenta os seguintes serviços disponíveis no link:

[Clique e acesse a Carta de Serviços da CGE](#)

Serviço 1. Consultar a existência de processo disciplinar instaurado ou em trâmite em face de servidor público estadual.

Este serviço disponibiliza ao usuário a informação sobre a existência ou não de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares relacionada a servidor público estadual em exercício ou no período em que este esteve em exercício na administração pública estadual. A existência ou não de processo administrativo disciplinar instaurado em face de servidor será atestada pela declaração emitida automaticamente pelo Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar e de Sindicância (cuja alimentação se dá exclusivamente pelos órgãos e entidades do Poder Executivo) com a finalidade de subsidiar decisão sobre exoneração, aposentadoria voluntária de servidores, concessão de licença ou qualquer forma de afastamento, salvo por motivo de férias.

Serviço 2. Obter acesso à informação

Por meio do sítio www.transparencia.go.gov.br obtém-se acesso às informações do Poder Executivo Estadual,

tais como, receitas, despesas, planejamento, orçamento, licitações, contratos, remuneração de servidores, convênios, repasses, benefícios, entre outros. Caso a informação desejada não esteja disponibilizada no Portal da Transparência do Estado de Goiás, o interessado poderá realizar um Pedido de Acesso à Informação pelo sítio www.cge.go.gov.br/ouvidoria ou presencialmente nos órgãos e unidades do Vapt- Vupt ou ligar no telefone 162.

[Clique e acesse o Portal da Transparência](#)

Serviço 3. Prestar informações aos órgãos de imprensa e assessorias de comunicação

Prestação de informações solicitadas por veículo de comunicação, órgão privado, órgão público ou outra instituição.

Serviço 4. Realizar consulta quantitativa sobre processos administrativos disciplinares e sindicâncias dos órgãos e entidades

Disponibilização da quantidade de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

[Realizar consulta quantitativa sobre processos administrativos disciplinares](#)

Serviço 5. Realizar manifestação de ouvidoria

Serviço de registro de reclamações, denúncias, elogios, pedidos de acesso à informação ou sugestões referentes aos serviços públicos e ou ações de governo.

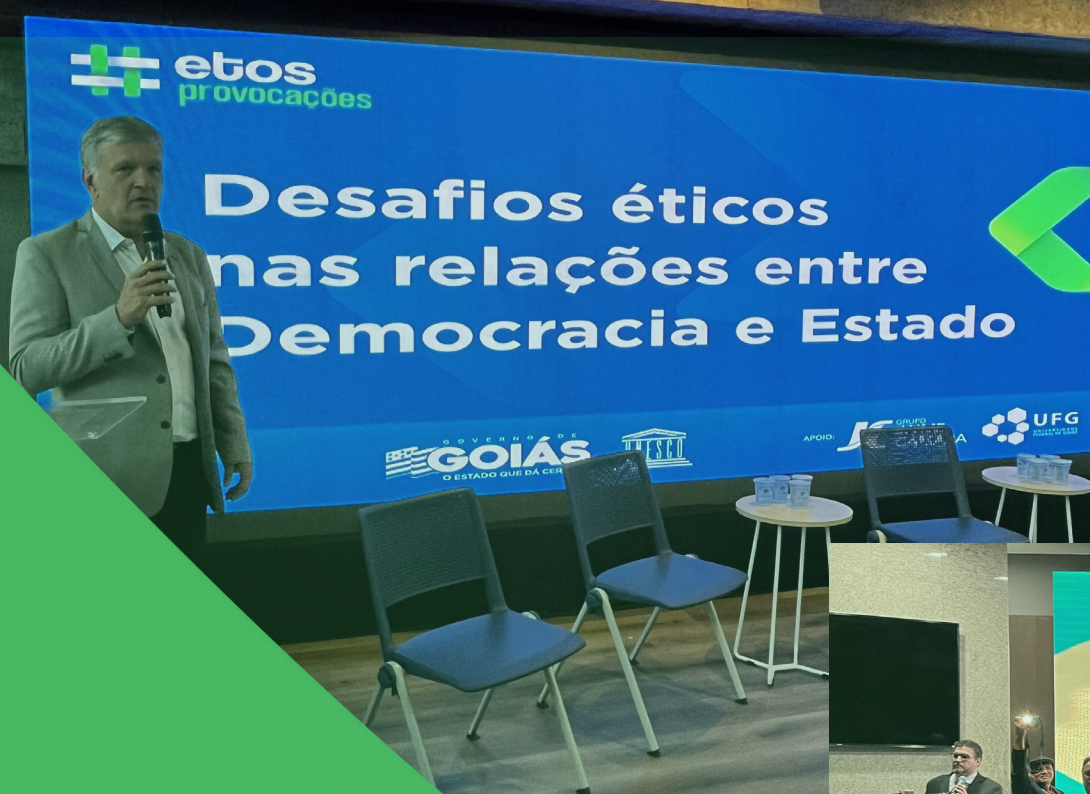
[Clique e acesse a Carta de Serviços da CGE](#)

DECISÕES EXPEDIDAS - ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO

Não existe Tomada de Contas Especial no âmbito desta CGE, bem como não existiram determinações de controle interno (CGE) e externo (TCE) a serem cumpridas no ano de 2023.

ROL DE RESPONSÁVEIS

NOME	FUNÇÃO GERENCIAL	ATO FORMAL
Henrique Moraes Ziller	Secretário-Chefe da CGE	Decreto de 15/01/2019, publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 22.972 de mesma data.
Luis Henrique Crispim	Subcontrolador de Auditoria Interna e Controle	Decreto de 02/03/2023, publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 23.992 de mesma data.
Diego Ramalho Freitas	Subcontrolador de Governo Aberto e Ouvidoria Geral	Decreto de 25/06/2019, publicado no Diário Oficial nº 23.080 de 26/06/2019.
Bruno Mendes Dias	Subcontrolador do Sistema de Correição e Contas	Decreto de 02/03/2023, publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 23.992 de mesma data.
Adriano Abreu de Castro	Auditor-Chefe de Auditoria Interna Especializada em Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente	Decreto de 02/03/2023, publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 23.992 de mesma data.
Alessandra dos Santos Paz Esteves Scartezini	Auditor-Chefe de Auditoria Interna Especializada em Educação, Cultura e Juventude e de Ciência e Tecnologia	Decreto de 02/03/2023, publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 23.992 de mesma data.
Antonio Fabio Jube Ribeiro	Auditor-Chefe de Auditoria Interna de Harmonização e Gestão Estratégica	Decreto de 02/03/2023, publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 23.992 de mesma data.
Bruna Toledo Piza de Carvalho Magacho	Chefe do Núcleo de Projetos Governamentais	Decreto de 17/05/2021, publicado no Diário Oficial nº 23.554 de 18/05/2021.
Bruno Rios Rolim	Superintendente da Controladoria Especializada em Transparência	Decreto de 22/10/2020, publicado no Diário Oficial nº 23.413 de 23/10/2020.
Carolina Augusta de Oliveira Alvarez Lima	Chefe da Comunicação Setorial	Decreto de 17/03/2023, Publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 24.003 de mesma data.
Cintia Maria Gondim Villac	Auditor-Chefe de Auditoria Interna Especializada em Segurança Pública	Decreto de 02/03/2023, publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 23.992 de mesma data.
Ednilson Lins Rodrigues	Superintendente de Gestão Integrada	Decreto de 17/01/2019, publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 22.974 de mesma data.
Ellysson Fernandes Rosa	Auditor-Chefe de Auditoria Interna Especializada no Combate à Pobreza e às Desigualdades	Decreto de 02/03/2023, publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 23.992 de mesma data.
Glauco Henrique Matwijkow de Freitas	Chefe da Procuradoria Setorial	Decreto de 27/01/2022, publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 23.726 de mesma data.
Leandro Monteiro dos Santos	Superintendente da Controladoria Especializada em Participação Cidadã	Decreto de 02/03/2023, publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 23.992 de mesma data.
Luciene Xavier Vidal	Auditor-Chefe de Auditoria Interna Especializada em Transporte Público e Energia	Decreto de 02/03/2023, publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 23.992 de mesma data.
Maria do Carmo Rodrigues Povoá	Superintendente da Controladoria Especializada em Consultoria de Atividade Correcional e Contas	Decreto de 02/03/2023, publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 23.992 de mesma data.
Reneilton Brito de Abreu	Auditor-Chefe de Auditoria Interna Especializada em Orçamentos e Finanças	Decreto de 02/03/2023, publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 23.992 de mesma data.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos em 2023 foram testemunho da eficácia do nosso Planejamento Estratégico, que nos orientou de maneira assertiva na implementação dos nossos programas. Além disso, devemos reconhecer a dedicação exemplar dos nossos servidores, que nos permitiu alcançar e, em alguns casos, superar nossas metas estabelecidas.

Guiados pelos princípios de integridade, profissionalismo, efetividade, humanidade e sensibilidade, permanecemos firmes em nossa missão. Gostaríamos de convidar a todos para visitar nossa página oficial e, se possível, nos fazer uma visita pessoalmente. Assim, vocês terão a oportunidade de conhecer de perto o nosso trabalho e compartilhar de um momento agradável em nossa companhia, desfrutando de uma xícara de café.

CGE
Controladoria
Geral do Estado



**Rua 82, nº 400 Ed. Palácio Pedro Ludovico
Teixeira, 3º andar - Setor Central
Goiânia - Goiás - CEP: 74.015-908**

Atendimento: 08:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00

Telefone: (62) 3201-5354

www.controladoria.go.gov.br
controladoria@goias.gov.br